

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: novembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro
Carta Capital
Agroanalysis
Biodiesel Br

Índice

No Brasil, produtor perde e consumidor ganha com Doha, aponta estudo – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 03/11/2010	4
OMC, OCDE e ONU querem ação do G-20 – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 04/11/2010	5
G-20 abreem clima de cadaumpor si – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 07/11/2010	6
EUA rompem acordo e colocam G20 em risco – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 07/11/2010	7
Guerra de divisas coloca G-20 à prova - Suvendrini Kakuchi – Carta Capital – 9/11/2010	9
OG-20emguerra – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 09/11/2010	12
Risco do protecionismo - Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 09/11/2010	13
EUAdesistem de propor limite de superávits ao G-20 – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 09/11/2010	14
Dilma herdará Brasil no G10 do FMI – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 09/11/2010	15
G-20, o espetáculo da soberania – DEMÉTRIO MAGNOLI - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/11/2010.....	17
Em mensagem ao G20, Obama tenta acalmar tensões – Folha de São Paulo – Mercado – 11/11/2010	19
Mantega vê poucas chances de sucesso em Doha – Valor econômico – Brasil – 11/11/2010	19
Cinco imperativos para o G-20 – Valor econômico – Opinião – 11/11/2010	20
Câmbio deve travar avanços no G-20 - Assis Moreira – Valor Econômico – Especial – 11/11/2010.....	23
Amorim é desconvidado a acompanhar Lula no G20 – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Poder - 12/11/2010	25
Lula joga solução da "guerra" para pós-G20 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 12/11/2010	26
G-20 deve adiar solução para conflitos cambiais – Valor econômico - Capa – 12/11/2010	27
G-20 apresenta acordo sem medidas concretas e adia solução de tensões – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional – 12/11/2010.....	28
Lula defende Doha, mas não entusiasma líderes – Valor Econômico – Internacional – 12/11/2010	30
OperigosofracassodoG-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 13/11/2010	31
Dificuldade no G20 – Folha de São Paulo – Editorial – 13/11/2010	34
Para Amorim, não havia razão para ir ao G20 – Eliane Cantanhêde e Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Poder – 13/11/2010	35
G20 termina sem acordo cambial ou comercial para crise – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 13/11/2010	36
G-20 e os limites do possível – O Globo – Opinião – 13/11/2010.....	37

G-20 termina só com promessas e sem ações – Fernando Duarte – O Globo – Economia – 13/11/2010	38
G-20 marca divergência entre as potências – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 14/11/2010	39
G20, câmbio e sustentabilidade – Ricardo Young – Folha de São Paulo – Opinião – 15/11/2010	41
Ministros do Mercosul, África e Ásia discutem políticas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 16/11/2010.....	42
Brasil e países do Mercosul assinam acordo sobre agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 17/11/2010	43
Países do Mercosul vão implementar políticas nacionais de compras públicas – Sítio Eletrônico do MDA - 18/11/2010	44
G-20 enquadra os grandes demais para quebrar – Valor Econômico – Opinião – 19/11/2010	45
Brasil emperra fortalecimento da Unasul – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 23/11/2010.....	47
Congresso dos EUA pode cortar subsídios – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado – 23/11/2010	48
Lula participa hoje de reunião esvaziada de cúpula da Unasul – Chico de Góis e Gustavo Miranda – O Globo – O País - 26/11/2010.....	49
Hora de mudar a diplomacia companheira – O Globo – Opinião – 26/11/2010....	50

No Brasil, produtor perde e consumidor ganha com Doha, aponta estudo – Assis
Moreira – Valor Econômico – Brasil – 03/11/2010

Os produtores brasileiros terão mais a perder do que a ganhar, enquanto os consumidores podem ter uma boa economia com mais importações baratas se a Rodada Doha de liberalização global for concluída com as propostas que estão atualmente na mesa. As conclusões são de estudos apresentados ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC), em seminário destinado a medir ganhos que uma abertura agrícola, industrial e serviços poderiam gerar para a economia mundial.

Pelas estimativas do Peterson Institute, de Washington, o Brasil importaria US\$ 6,2 bilhões a mais do que exportaria adicionalmente, levando em conta os compromissos de cortes tarifários e reformas (como na área de serviços) que reduziriam barreiras. O país só aumentaria em US\$ 2,7 bilhões as exportações de produtos agrícolas e industriais, e poderia exportar outros US\$ 6 bilhões com iniciativas de mais abertura em certos setores, venda de serviços etc. O pouco volume de exportações agrícolas reflete o tamanho das barreiras tarifárias que persistirão, além da concorrência desleal em função dos subsídios bilionários que os Estados Unidos e a União Europeia querem manter.

Em contrapartida, as propostas atuais permitiriam importações adicionais de US\$ 14,9 bilhões, basicamente pela melhora nas alfândegas, iniciativas de abertura mais rápida e, certos setores e também com peso nas compras de serviços.

Economistas do Banco Mundial apresentaram resultados em termos de “bem estar econômico”.

Concluem que, mesmo se o Brasil mantiver altas tarifas para proteger setores industriais mais sensíveis a concorrência externa, os ganhos pelo acordo para os consumidores brasileiros seriam de US\$ 4,7 bilhões, com importações mais baratas. Se o país aplicar apenas os cortes definidos por uma fórmula, portanto abrindo mais o mercado, o ganho para o consumidor dobraria para US\$ 9,8 bilhões.

Globalmente, o pacote de liberalização poderia render até US\$ 280 bilhões em produção adicional. Mais da metade do ganho em aumento do PIB ficaria com UE, China e Estados Unidos.

Doha poderia reduzir também os custos em 9% nas transações comerciais internacionais.

Apresentados os números, embaixadores dos principais países debateram duas horas, mostrando que as diferenças de interesse para alcançar um acordo ainda são enormes. O embaixador brasileiro Roberto Azevedo reclamou que o Brasil não tem certeza ainda de quanto ganhará com mais exportação agrícola, mas sabe que não ganhará nada em exportações adicionais nas áreas industriais e de serviços.

Os EUA cobraram mais abertura por parte dos emergentes, o que o Brasil rejeitou duramente.

Alem dos cortes normais, Washington quer a abertura adicional no setor químico brasileiro, onde pede forte redução sobre 1.700 linhas tarifárias para que Doha possa ser retomada.

Os EUA reivindicam também amplos cortes de tarifas de importação de máquinas industriais, equipamentos elétricos e eletrônicos. Azevedo exemplificou que atender “uma fração” do que os americanos pedem em certos setores industriais implicaria quase dobrar o tamanho do corte tarifário.

Na cúpula do G-20, em Seul, no mês que vem, sairá um novo comunicado dos chefes de Estado dando “impulso político” para a negociação ser concluída, mensagem que já perdeu credibilidade de tanto ser repetida.

OMC, OCDE e ONU querem ação do G-20 – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 04/11/2010

Em carta aos chefes de governo do G-20, OMC, OCDE e ONU vão alertar que a tensão com a “guerra das moedas” já ameaça criar nova onda de protecionismo comercial. As organizações internacionais enviarão uma carta aos líderes do G-20 antes da cúpula da próxima semana em Seul. Hoje, OMC, OCDE e ONU publicaram relatório sobre o avanço do protecionismo no mundo.

Desde a primeira reunião, no fim de 2008, o G-20 garantiu que os líderes não recorreriam a barreiras para proteger seus mercados diante da pior crise econômica em 70 anos. A meta era evitar o mesmo cenário da crise de 1929, quando a proliferação de medidas protecionistas acabou agravando a depressão.

Em seus últimos relatórios, a OMC constatou que o mundo conseguiu resistir de certa forma à pressão protecionista, liderada principalmente pelos setores da economia mais afetados e por sindicatos de trabalhadores impactados por milhares de demissões.

Agora, a constatação é de que a tensão criada pela manipulação do câmbio está provocando uma onda de depressões por novas medidas protecionistas.

O governo americano acusa a China de manter sua moeda manipulada para facilitar as exportações.

Já Brasil e Alemanha indicaram que não é apenas a China quem manipula. Berlim e Brasília alegam que, ao injetar liquidez no mercado, o governo americano também conseguiu fazer o dólar se desvalorizar, ajudando as exportações dos EUA.

Líderes mundiais vêm declarando que não hesitarão em proteger suas indústrias diante da

manipulação das moedas por americanos e chineses para garantir mais exportações e frear as importações.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusou China e Estados Unidos de conduzirem uma “guerra cambial”, para proteger seus mercados. Lula admitiu que levara a questão ao G-20.

A presidente eleita, Dilma Rousseff, já havia colocado a questão como central em sua agenda econômica e prometeu proteger a indústria nacional. “Todos os países que não são China e Estados Unidos percebem que há uma guerra cambial”, alertou Dilma.

“A última vez que uma desvalorização competitiva aconteceu de novo que deu: a Segunda Guerra Mundial.” / J.C.

G-20 abre em clima de cada um por si – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 07/11/2010

Depois de realizar quatro encontros marcados pela linguagem da cooperação no enfrentamento da crise financeira global, os líderes dos países do G-20 se reúnem nesta semana na Coreia do Sul sob a ameaça de uma guerra cambial que pode ter efeitos devastadores sobre o comércio mundial.

O cenário no qual presidentes e primeiros-ministros das maiores economias do mundo se encontrarão ficou mais incerto como anúncio de que os Estados Unidos injetarão US\$ 600 bilhões na economia até meados de 2011, aliado à tendência de agravamento dos desequilíbrios globais que estiveram na origem da crise iniciada em 2008.

O fraco crescimento dos países ricos completa o quadro que pode desencadear a erosão do consenso dentro do G-20. “Há risco de espírito de cooperação global desaparecer ou enfraquecer e dar lugar a uma atitude de cada um por si”, disse em Pequim na semana passada o economista Don Brean, professor da Universidade de Toronto e diretor do G-20 Research Group, com sede no Canadá.

O “salve-se quem puder” é a principal característica da guerra cambial, na qual cada país atua individualmente para promover a depreciação ou evitar a apreciação de sua moeda, com o objetivo de estimular suas exportações e, portanto, o crescimento econômico.

Na avaliação de Brean, as chamadas desvalorizações competitivas são apenas uma prévia da adoção de medidas protecionistas e retaliações que podem afetar o comércio global.

Ceticismo. Michael Pettis, professor de Finanças Internacionais da Universidade de Pequim, é cético quanto à possibilidade de um acordo no âmbito do G-20 que afaste a ameaça de uma guerra cambial.

Desde a eclosão da crise atual, em 2008, Pettis sustenta que uma das maiores ameaças à recuperação global é uma guerra comercial semelhante à que o mundo experimentou no período de 1929 a 1934, quando o comércio mundial colheu 70% em razão de barreiras impostas pelas nações.

A origem do problema atual é que todos os países querem crescer com o aumento de suas exportações e a conta não fecha, já que alguém tem que comprar. A situação foi agravada pela política monetária expansionista dos Estados Unidos, que vai provocar a desvalorização do dólar e a valorização de grande parte das demais moedas – ou pelo menos as dos países que têm câmbio flutuante.

“O aumento da quantidade de dólares na economia vai levar à desvalorização do dólar em relação a todas as outras moedas e provocar incerteza e volatilidade no mercado global de câmbio”, observou Brean.

Então, a China deveria espelhar a desvalorização do dólar com a valorização de sua moeda, já que é o país que lidera o grupo de nações que possuem superávitem corrente, em contraposição aos deficitários norteamericanos.

Mão de ferro. Mas como o câmbio chinês é controlado com mão de ferro pelo governo e outros países asiáticos intervêm para conter a alta de suas moedas, o peso do ajuste pela desvalorização do dólar recaindo nas demais nações, entre as quais o Brasil, que luta para evitar a elevação no valor do real.

Segundo Pettis, a única maneira de outros países ampliarem suas fatias no bolo de exportações é o aumento do já enorme déficit comercial norte-americano, o que Washington não permitirá. “O mundo todo está tentando crescer por meio das exportações para os Estados Unidos e o governo fará alguma coisa, como elevar tarifas e aumentar o protecionismo.”

Em sua avaliação, a responsabilidade pela tensão atual não é apenas dos Estados Unidos, mas também dos países superavitários, como China, Japão e Alemanha.

A única solução possível para evitar a degradação do cenário mundial é uma ação coordenada que ataquem a origem dos desequilíbrios globais, marcados pelo excesso de consumo nos Estados Unidos e de poupança na China.

Desequilíbrios. No momento posterior à crise, os dois países conseguiram reduzir seus desequilíbrios em conta corrente, mas eles voltaram a se agravar nos últimos meses, o que evidenciou que os fatores que estiveram em sua origem não desapareceram. O economista-chefe do Banco Mundial na China, Ardo Hansson, disse na semana passada que a correção dos desequilíbrios vai exigir a apreciação do yuane e a depreciação do dólar. “A questão é como obter isso de maneira gradual.”

No encontro preparatório da reunião de líderes que realizaram no mês passado, os ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G-20 concordaram em caminhar na direção de taxas de câmbio mais influenciadas pelo mercado e pelos “fundamentos da economia” e prometeram evitar “desvalorizações competitivas” de suas moedas.

Porém não há previsão de medidas concretas a serem adotadas nem qualquer sanção a países que eventualmente violem o que foi acordado. Na opinião de Brean, é pouco provável que os presidentes e primeiros-ministros avancem em relação aos compromissos assumidos por seus ministros.

EUA rompem acordo e colocam G20 em risco – Clovis Rossi – Folha de São Paulo
– Mercado – 07/11/2010

Ao anunciar uma catarata de US\$ 600 bilhões nos próximos oito meses para irrigar a sua economia, os EUA violaram claramente o acordo que eles próprios assinaram há apenas 15 dias e colocaram em risco o espírito que orientou a criação e o funcionamento do G20, o grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União

Europeia.

Em 23 de outubro, Ben Bernanke, o presidente do Fed, o banco central dos EUA, e Timothy Geithner, secretário do Tesouro, assinaram o comunicado final da reunião de ministros de Economia e presidentes de bancos centrais do grupo, preparatória para a cúpula dos dias 11 e 12 em Seul, na Coreia do Sul. O trecho violado dizia explicitamente: "Economias avançadas, incluindo as com moedas que são reserva, serão vigilantes contra volatilidade excessiva e movimentos desordenados nas taxas de câmbio. Essas ações ajudarão a mitigar o risco de excessiva volatilidade nos fluxos de capital que enfrentam alguns países emergentes". A decisão do Fed da semana passada vai na direção oposta, conforme analistas: injeta uma tremenda liquidez nos mercados, parte da qual vai para emergentes, que já se queixam da valorização de suas moedas. Esta é causada justamente pelo ingresso de capitais que buscam remuneração que os juros a zero no mundo rico não oferecem. É por isso que países emergentes como Brasil e China e ricos como a Alemanha reclamaram da iniciativa dos EUA e se propuseram a levar o tema a Seul. É sintomático que o ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, tenha apontado claramente para o rompimento do acordo que "todos os países desenvolvidos, incluindo os EUA, estavam explicitamente obrigados a cumprir".

TRÉGUA

Não é só uma questão técnica. O jornal econômico sul-coreano "Chosun Ilbo" lembra, em sua edição on-line em inglês, que o texto assinado pelos ministros há duas semanas representava uma trégua na guerra cambial. Rompida a trégua, a decisão americana "ameaça transformar a cúpula do G20 em um campo de batalha sobre divisas". Batalha em que os EUA ficaram isolados. Nos preparativos para a reunião ministerial de outubro, Geithner apontara o dedo para a China como a grande responsável pelos desequilíbrios globais, pois exporta demais, graças ao câmbio administrado. É uma teoria até aceitável, conforme Sebastian Mallaby, diretor do Centro Maurice R. Greenberg para Estudos Geoeconômicos dos EUA: "Como a economia de maior taxa de poupança do mundo, a China está em condições de incrementar seu consumo, fornecendo um dos estímulos que são tão necessários nos EUA, no Japão e na Europa". Ainda assim, a reunião de ministros preferiu, como tem sido a praxe no G20, não apontar culpados. Só manifestou o desejo de que seus membros se movessem para "sistemas cambiais mais determinados pelo mercado" e evitassem "desvalorização competitiva das moedas". Além, claro, de pedir aos EUA (a única economia que emite moeda que é reserva para todo o planeta) que evitassem "movimentos desordenados", como está sendo vista a decisão de irrigar a economia com tanto dinheiro (relaxamento monetário, no jargão, ou "quantitative easing", em inglês).

HIPOCRISIA

Com isso, diz Mallaby, a queixa dos EUA sobre a China "parecerá hipócrita". Pior: a ação do Fed "ameaça criar excesso de liquidez capaz de inflar bolhas, especialmente nos emergentes de rápido crescimento". É o temor que Guido Mantega (Fazenda) manifesta já faz um ano, aliás. Segundo risco, para Mallaby: "A política superfrouxa do Fed está estressando a ordem monetária internacional em um momento em que o espírito de cooperação

parece particularmente frágil".
É por esse raciocínio que se chega à ameaça ao espírito original do G20: a cooperação e a coordenação entre os governos membros foi essencial para controlar a crise. Como diz Il Sakong, presidente do comitê criado pela Coreia para a cúpula do G20, "o grupo até agora foi eficiente como comitê de gerenciamento de crise. À medida que o sentimento de crise retrocede, no entanto, a unidade entre os países-membros pode também se dissipar, o que significa que o desenlace da cúpula de Seul será crítico para o futuro do G20".

CÚPULA DO G20 NA COREIA DO SUL – Folha de São Paulo – Mercado – 07/11/2010

DIAS

11 de **e** **12**
(reunião **de** **chefes** **de** **Estado)**

O **QUE** **É** **O** **G20**
Reúne 19 países e a União Europeia. Criado em 1999 para incluir os países emergentes no debate econômico global

LULA

LÁ

O presidente brasileiro e a presidente eleita, Dilma Rousseff, pretendem discutir em Seul saídas para a "guerra cambial" pelo mundo, tema polêmico da reunião

Guerra de divisas coloca G-20 à prova - Suvendrini Kakuchi – Carta Capital – 9/11/2010

Tóquio, Japão, 9/11/2010 – A capacidade de liderança da Coreia do Sul passará por um duro exame esta semana quando for anfitriã da cúpula do Grupo dos 20 (G-20) países industrializados e emergentes, em meio a uma guerra de divisas que sacode as relações entre seus membros. Nos últimos meses, países como Brasil, Japão e Tailândia viram com preocupação como suas moedas se valorizaram diante do dólar, o que afeta sua competitividade.

A China, por sua vez, foi alvo de forte pressão por parte de Washington e outros governos para que permita que o yuan se valorize mais rápido. Ao mesmo tempo, países em desenvolvimento observam cuidadosamente os Estados Unidos, sobretudo após a decisão do Federal Reserve, na semana passada, de comprar bônus do Estado para despejar US\$ 600 milhões em sua economia, medida que poderia enviar ainda mais capital especulativo para as nações emergentes.

As economias asiáticas atraem capital devido ao seu contínuo crescimento, com previsões de que chegue este ano a 9,4% no total, muito mais do que os índices de expansão estimados para os países industrializados. Os atritos surgidos nesse ambiente financeiro colocarão à prova os vínculos que unem o G-20, cujas economias de seus membros têm diferentes tempos de evolução e enfrentam interesses que se contrapõem. A cúpula acontecerá nos dias 11 e 12 deste mês, em Seul.

“Não quero jogar água fria na cúpula, mas a situação está em nível de crise”, alertou o economista sul-coreano Satoshi Okuda, do Instituto de Economias em Desenvolvimento “A menos que Pequim e os Estados Unidos encontrem uma saída para encarar o superávit comercial do primeiro e o déficit comercial do segundo, não será alcançado um verdadeiro progresso”, afirmou.

As declarações de Okuda apontam para o enfrentamento principal: as tensões entre Estados Unidos e China, e também coincidem com a preocupação de várias economias em desenvolvimento de que um manejo ruim por parte de Pequim de seus novos desafios financeiros pode causar uma grave instabilidade na economia mundial. A China se converterá, em 2020, no principal sócio comercial de cada país asiático, segundo previsão da empresa de serviços financeiros PricewaterhouseCoopers.

Pequim goza de forte superávit comercial e resiste à pressão internacional para permitir que o yuan se valorize mais rápido, argumentando que isso afetaria suas exportações e causaria instabilidade social se milhões de seus trabalhadores forem despedidos como consequência. Já a dívida pública dos Estados Unidos chega a 95% de seu produto interno bruto (PIB). Agora Washington depende cada vez mais de credores externos, incluindo a China, para se manter acima da água.

Enquanto continuam as tensões entre esses dois países, as economias emergentes sentem o impacto da entrada de capital de curto prazo na valorização de suas moedas e sofrem crescentes protestos de seus exportadores, preocupados pela competitividade de seus produtos. Na Ásia, o iene japonês foi a moeda mais afetada pela valorização, atingindo um máximo em 15 anos frente ao dólar em agosto, o que levou o Banco Central japonês a intervir no mercado de divisas pela primeira vez em seis anos.

Enquanto isso, o baht tailandês atingiu seu pico máximo em 13 anos frente ao dólar. Diante disso, países como Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia adotaram uma série de medidas para proteger suas economias da entrada excessiva de dólares. Em outubro, o governo tailandês impôs uma retenção fiscal de 15% aos investidores estrangeiros que comprarem seus bônus, enquanto acompanha bem de perto sua moeda, que gira em torno de 29,6 por dólar.

Por sua vez, as autoridades sul-coreanas anunciaram uma auditoria nas instituições financeiras que trabalham com derivados de moedas estrangeiras, para minimizar a volatilidade causada pelos fluxos de capital. Também no mês passado, o Brasil aumentou para 6% o imposto sobre operações financeiras – que recai sobre capital estrangeiro destinado a renda fixa e a operações na Bolsa. O real foi valorizado 12% desde julho.

O ministro das Finanças do Japão, Yoshihiko Noda, defendeu a intervenção para manter a moeda local. “O Japão, com superávit de conta corrente, poderia ser pressionado a permitir maior valorização do iene”, disse o jornal Daily Yomiuri em um editorial de outubro, apoiando os controles. Muitos duvidam que o G-20 possa efetivamente manejar estas tensões em nível multilateral já que, embora represente 80% do comércio mundial, trata-se de um grupo não vinculante, ao contrário de outras instâncias formais de negociação.

Criado em 1999, para dar mais voz às economias em desenvolvimento na governança econômica global, os membros do G-20 são África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e União Europeia.

O presidente sul-coreano, Lee Myung-bak, disse esperar que o grupo dê “um passo adiante e chegue a um compromisso” para criar pautas sobre as taxas de juros e estabelecer “diretrizes” para avaliar as contas correntes dos países-membros. Uma das propostas é a criação de um teto de 4% do PIB tanto para o déficit quanto para o superávit de conta corrente.

A situação é semelhante a um vulcão latente, disse o analista financeiro internacional Euh Yoon-dae ao jornal The Korea Herald. Ele disse que a insistência dos Estados Unidos para que a China contenha suas exportações e mude sua política monetária deve ser temperada pela realidade de que uma queda do crescimento chinês poderia afetar sua capacidade de comércio com América Latina, China e Europa, que tanto necessitam essas regiões. “Um cenário assim é muito tenebroso, pois somente causaria uma paralisação econômica mundial”, alertou.

A guerra cambial vai ser o assunto mais importante da próxima reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), marcada para quinta e sexta-feira em Seul. Tudo está armado para

um grande confronto. A palavra guerra podia ser um exagero até agora, mas o ambiente, já envenenado piorou muito desde a semana passada, quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou a disposição de lançar US\$ 600 bilhões nos mercados até o meio do próximo ano. Se o plano for cumprido, serão emitidos em média US\$ 75 bilhões por mês. Ninguém sabe se isso ajudará a economia dos Estados Unidos a recuperar-se, mas sobre um ponto não há dúvida: com as novas emissões a depreciação da moeda americana tenderá a acentuar-se e isso agravará os problemas comerciais da maior parte dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

O Brasil, já afetado há alguns anos pela valorização do real, sofrerá perdas maiores em suas contas externas, se o desajuste cambial se acentuar.

O presidente Barack Obama enfrentará, em Seul, forte resistência às suas propostas. Sem a promessa do Fed de emitir os US\$ 600 bilhões, o presidente americano poderia mais facilmente mobilizar o apoio de outros países desenvolvidos para pressionar a China a valorizar o yuan. Afinal, todos se queixam, desde antes da crise mundial, da manipulação do câmbio pelas autoridades chinesas.

A nova proposta americana concentra a pressão sobre a China e é mais aceitável para os alemães do que aquela apresentada há algumas semanas no encontro ministerial, em Gyeongju, preparatório da reunião de cúpula. Naquela reunião, o secretário Timothy Geithner defendeu a adoção de um limite para os superávits ou déficits das contas externas –4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os alemães, com superávit de 6,1% em transações correntes, reagiram muito mal e alegaram fazer parte de uma união monetária, a do euro. Não poderiam, portanto, valorizar sua moeda. Em seu novo lance, o governo dos Estados Unidos leva em conta esse argumento e, além disso, propõe uma “banda indicativa” para a adoção de políticas de ajuste. O confronto direto, portanto, é com a China, detentora de superávit de 4,7% nas contas correntes. Mas a política americana de afrouxamento monetário – embora realizada por um banco central independente do Executivo – foi recebida com críticas muito duras por governos de países tanto desenvolvidos quanto emergentes.

O presidente Barack Obama resolveu buscar algum apoio por meio de ações paralelas. Em Nova Délhi, ontem, o presidente americano declarou apoio à inclusão da Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. O governo brasileiro até hoje não conseguiu esse apoio e não se pode prever se um dia conseguirá. Além disso, Obama anunciou o afrouxamento de restrições à exportação de certos tipos de tecnologia à Índia.

O governo brasileiro pretende incluir na declaração final do encontro uma recomendação para o uso de “instrumentos macroprudenciais” para controle dos fluxos de capital.

Em linguagem comum, isso corresponde a “controles”. Não será uma revolução. Desde o ano passado o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem apoiado o uso temporário de controles e o governo brasileiro já os adotou. Além disso, as autoridades brasileiras têm criticado as propostas americanas de limite para os desequilíbrios externos e atribuem às políticas dos Estados Unidos o agravamento da desordem cambial.

Na interpretação brasileira, o governo chinês tem apenas procurado compensar a depreciação do dólar.

Essa interpretação omite um fato: o yuan já era subvalorizado antes da crise e o governo chinês continua manipulando a moeda. Só uma decisão ideológica – mais um lance terceiromundista – pode explicar o alinhamento brasileiro nesse caso.

Os chefes de governo deverão discutir também a reforma do sistema financeiro. O roteiro está praticamente montado. Outro dado positivo se refere à redistribuição de cotas e votos no Fundo Monetário Internacional. O esquema geral foi aprovado sexta-feira passada pela diretoria executiva da instituição. É uma boa notícia, mas não resolve a disputa cambial.

Risco do protecionismo - Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 09/11/2010

O número de medidas protecionistas nas áreas comercial e financeira adotadas em 2010 na maioria dos países do G-20 caiu em relação às do ano passado, como resposta local aos efeitos da crise internacional. Nos últimos meses, a maioria desses países resistiu às pressões domésticas pela criação de novas barreiras à entrada de bens, serviços e investimentos.

É o que mostram relatórios conjuntos elaborados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como preparação para a reunião dos chefes de governo do G-20 que se realizará em Seul, capital da Coreia do Sul, na quinta e sexta-feira próximas.

Neste ano o Brasil recorreu com mais frequência do que a maioria dos demais países a medidas de defesa comercial. O uso excessivo dessas medidas, normalmente aceitas pelas organizações internacionais, pode indicar proteção disfarçada a áreas sensíveis da indústria local. O Brasil foi também dos poucos que impuseram restrições a investimentos estrangeiros.

De acordo com a OMC, o Brasil foi, entre os países do G-20, o segundo que mais abriu investigações antidumping nos nove primeiros meses deste ano. Foram 23 novos processos, contra apenas 4 em todo o ano passado.

Do G-20, só a Índia iniciou mais investigações que o Brasil (32 casos). A União Europeia, com 13, ficou em terceiro lugar. Se essas investigações resultarem na comprovação de prática de dumping –, isto é, a venda por preços considerados desleais

para afastar a concorrência, pelo país denunciado –, o país prejudicado terá permissão para adotar medidas de defesa, como a imposição de tarifas extras.

No caso do Brasil, o grande alvo das denúncias tem sido a China, já sujeita a barreiras para colocar no mercado brasileiro artigos como canetas, sapatos, produtos químicos, têxteis e aço.

A Unctad, por sua vez, apontou o Brasil como um dos quatro países do G-20 (ao lado de

Austrália, Indonésia e Coreia do Sul) que, neste ano, impuseram restrições à compra de terras por estrangeiros. Quanto ao controle da entrada de capital, o Brasil é um dos três (com Indonésia e Coreia do Sul) que o impuseram.

Além disso, entre os membros do G-20 o Brasil é o que tem menos tratados internacionais ou bilaterais de investimento.

São apenas 34, contra 74 da Argentina, 101 da África do Sul e 140 da China.

O relatório das três organizações internacionais não tem o objetivo de apontar este ou aquele país como mais ou menos protecionista do que os demais, embora os governantes daqueles que mais recorreram a medidas desse tipo devessem refletir sobre a sua oportunidade, sua eventual eficácia e, sobretudo, sobre as perdas que elas podem provocar para os países que as adotam e para o resto do mundo. O objetivo da OMC, da Unctad e da OCDE é apresentar um quadro da evolução do protecionismo e das medidas destinadas a liberalizar o fluxo internacional de bens, serviços e investimentos, para advertir os governantes do G-20 sobre, de um lado, os efeitos negativos das medidas protecionistas para a economia mundial e, de outro, a necessidade de estimular aquele fluxo como meio de reativar as atividades econômicas afetadas pela crise de 2008.

Numa advertência aos países que utilizam a taxa de câmbio para aumentar as exportações, as três organizações observam que essa prática coloca em risco a estabilidade do sistema mundial de comércio. Acrescentam que “problemas econômicos cujas origens estão fora do campo do comércio e dos investimentos não podem ser resolvidos com restrições ao fluxo internacional de bens e capital”, pois o protecionismo “apenas tornará mais difícil a tarefa de encontrar e colocar em prática soluções duradouras para o problema”.

Por isso, afirmam que o livre fluxo de comércio e investimentos “tem sido e continuará sendo crucial para assegurar oportunidades aos países para sair da crise global, sobretudo num momento de crescentes dificuldades fiscais em muitos deles”.

EUA desistem de propor limite de superávits ao G-20 – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 09/11/2010

Os Estados Unidos recuaram de sua proposta de estabelecer limites para os superávits externos de outros países e anunciaram que estão perto de um acordo com a China.

O governo americano teria convencido a China a aceitar um acordo na reunião do G-20 (grupo dos 20 países mais ricos e influentes do mundo), que será realizada esta semana em Seul, na Coreia do Sul, para criar um “sistema de alerta” quando um país acumula superávits ou déficits excessivos.

Entretanto, a Casa Branca abandonou sua ideia original de estabelecer um teto de 4% do PIB sobre o superávit de cada país, algo que era rejeitado pela China e por outros grandes exportadores e países emergentes.

O recuo ocorreu depois de forte pressão internacional. Além de rejeitarem a proposta americana, China, Europa e países emergentes reagiram com irritação ao pacote econômico dos EUA. O pacote prevê a injeção de US\$ 600 bilhões na economia americana. O excesso de recursos deve “vazar” para outros países, o que pode provocar uma forte valorização de outras moedas e criar bolhas especulativas.

Ontem, falando em Nova Délhi, na Índia, o presidente Barack Obama chegou a justificar sua política, alegando que “o que é bom para os EUA é bom para o mundo”.

Sinais. Os primeiros sinais de entendimento entre Pequim – o maior exportador do mundo – e Washington – o maior importador – começaram a aparecer.

Pelo acordo, caberia ao FMI adotar uma série de regras para monitorar desequilíbrios em contas correntes e coordenar respostas para promover sua redução.

A China, no fim da semana passada, havia acusado os americanos de quererem “voltar ao tempo da economia planificada”.

Ontem, o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, explicou o acordo. “É uma forma muito pragmática e multilateral de lidar com a questão. Isso vai permitir que possamos focar numa amplagem de causas, não apenas taxa de câmbio, e permite que a China passe a seguir uma série de compromissos multilaterais.”

Geithner admitiu que a proposta de estabelecer um teto para o superávit de cada país “não faria sentido econômico”.

Enquanto isso, Obama saiu em defesa de sua política e, para a surpresa de vários observadores, ganhou o apoio da Índia.

Manmohan Singh, primeiro-ministro da Índia, foi o primeiro membro dos Brics (grupo de países que inclui, além da Índia, Brasil, Rússia e China) a romper

com as críticas e sair em defesa de Obama. “O mundo precisa de um novo equilíbrio entre países com déficit e superávit”, disse.

Mas outras autoridades, como o ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, o presidente do Eurogrupo (16 países que usam o euro), Jean-Claude Juncker, e presidentes de bancos centrais reunidos na Suíça, reforçaram os ataques ao pacote americano. A polémica deve continuar na reunião do G-20.

Chuva de dólares. Nos últimos dias, as cotações de commodities, inclusive as metálicas, dispararam em reação ao pacote dos Estados Unidos. Ontem, a ação do Fed foi comentada por banqueiros centrais, durante reunião na Basileia (Suíça). No encontro, o Fed apresentou aos demais bancos centrais seus argumentos e garantiu que seu objetivo não é desvalorizar o dólar.

Falando em nome do grupo de BCs, Jean-Claude Trichet, do Banco Central Europeu (BCE)

começou a pôr panos quentes na crise: “Todos concordam que há necessidade de evitar uma volatilidade excessiva na taxa de câmbio.

Isso seria muito negativo para o crescimento da economia e para a estabilidade global.”

Dilma herdará Brasil no G10 do FMI – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 09/11/2010

O presidente Lula legará a Dilma Rousseff não apenas a sua cadeira no Palácio do Planalto mas também um posto mais relevante no jogo mundial do poder econômico: o Brasil entrará no que pode ser batizado de G10, ou seja, os dez países com mais cotas e, portanto, mais poder no FMI (Fundo Monetário Internacional). A mudança de cotas foi aprovada no mês passado, em reunião dos ministros de Economia e presidentes de bancos centrais do G20, e será sacramentada na sexta-feira, na cúpula do grupo. Mas só entrará em vigor em 2012, ou seja, no segundo ano do

governo Dilma. O Brasil saltou do 14º lugar, com 1,78% das cotas, para o 10º, com 2,32% - um avanço, portanto, de 30%, bastante significativo. Mas o grande salto, previsivelmente, foi o da China, que viu seu poder no fundo aumentar mais de 50%, passando do 6º para o 3º lugar, com 6,39% das cotas [ver quadro].

A mudança foi festejada por todos, exceto os países europeus que perderam poder, e apresentada como um novo e mais acurado equilíbrio de poder na economia mundial. De fato, o poder no FMI ficou em mãos do antigo G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá, que ocupa o 11º lugar) mais os chamados Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). "A nova posição do Brasil está mais de acordo com sua participação na economia mundial", diz o embaixador Marcos Galvão, o principal negociador técnico do país no G20 e que, no mês que vem, assume a embaixada em Tóquio. O Brasil é a 9ª economia mundial, se medida em paridade do poder de compra, que leva em conta os preços internos, o que é perfeitamente compatível com seu 10º lugar no Fundo. Mas o reequilíbrio de poder está longe de ser perfeito: por mais que os Bric avancem e os Estados Unidos patinem, Washington continua com poder de veto. As regras do Fundo determinam que qualquer decisão precisa de 85% dos votos de países-membros para ser adotada. Os EUA, sozinhos, têm 17,41%, o que lhes permite impedir os 85%.

SOB NOVA DIREÇÃO

De todo modo, a mudança no poder ficou ainda mais relevante com o papel reforçado que o G20 está atribuindo ao Fundo. A instituição está incumbida, por exemplo, de avaliar o impacto em outros países de políticas de "economias sistêmicas", conforme o comunicado do mês passado dos ministros e presidentes de BCs. Traduzindo: ao Fundo sob nova direção caberá, por exemplo, verificar o custo, para outros países, da polêmica decisão, adotada pelo governo Obama na semana passada, de irrigar a sua economia com US\$ 600 bilhões, nos próximos oito meses. Decisão que reacendeu o que o ministro Guido Mantega batizou de "guerra cambial", item que tende a ser o ponto central da cúpula do G20, de que Dilma e Lula participam quinta e sexta-feira. Ontem à noite (na Coreia, manhã no Brasil), os negociadores começaram a alinhar o documento final. Mas o fizeram pela parte fácil: discutiram o acordo batizado de Basileia 3, ou seja, as novas regras para o funcionamento do sistema financeiro, aprovadas no âmbito do BIS (Banco de Compensações Internacionais, uma espécie de BC dos bancos centrais, cuja sede é na cidade suíça de Basileia). São regras nascidas por determinação da primeira cúpula do G20, há dois anos, e que não enfrentam resistências entre os países-membros. Os bancos é que não estão satisfeitos com elas. A chamada "guerra cambial" será discutida mais adiante, mas a expectativa é que, ao contrário do habitual em cúpulas, os próprios chefes de governo é que fornecerão as indicações para essa parte do documento final.

FOLHA.com

Leia coluna de Clóvis Rossi
folha.com.br/pr827121

G-20, o espetáculo da soberania – DEMÉTRIO MAGNOLI - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/11/2010

A quiloque o ministro Guido Mantega define como guerra cambial é a paisagem superficial da longa crise do sistema de Bretton Woods.

O desequilíbrio entre os superávits chineses e os déficits americanos forma o relevo destacado dessa paisagem, mas não a esgota nem a explica. A crise de fundo tem uma dimensão econômica, mas uma raiz geopolítica. No fim das contas, as engrenagens institucionais da ordem econômica global parecem emperradas, pela primeira vez desde o pós-guerra. O G-20, palco da estreia de Dilma Rousseff na cena internacional, não é a ferramenta milagrosa de solução da crise. Antes figura como uma expressão singular do impasse evidenciado desde a quebra do Lehman Brothers.

Nas suas versões original, o edifício de Bretton Woods praticamente excluía a necessidade de

interferência política no sistema monetário. O dólar refletia o ouro, que lhe servia de lastro nominal, e uma coleção de moedas orbitava em torno do dólar segundo um mecanismo de paridades quase fixas. As fundações do edifício estavam assentadas na rocha da escassez de dólares, num tempo em que os EUA eram os credores do mundo.

O arranjo promoveu as três décadas gloriosas de crescimento acelerado das economias de mercado. Voluntariamente, para salvar o capitalismo, os EUA ajudaram a criar centros independentes de poder econômico, sacrificando no caminho a posição de hegemonia absoluta adquirida durante a guerra.

Quando a escassez de dólares desapareceu, pelo fim do financiamento da Guerra do Vietnã, Richard Nixon levantou a âncora da paridade com o ouro. Bretton Woods 2 não emanou de uma conferência, mas de um gesto unilateral do gerente do sistema: a tomada da prerrogativa soberana de imprimir moeda. No novo ambiente de flutuação cambial, a interferência política dos principais atores tornou-se um imperativo. O G-5 e o G-7, seus sucessores, nasceram como respostas à necessidade de ter consenso em torno da governança econômica global.

Eles operaram como um clube seletivo, que compartilhava uma visão do mundo similar e tomava decisões informais em reuniões fechadas, protegidas do assédio da imprensa.

Desde 1971 os EUA agem de olho nas suas prioridades nacionais, dividindo com o resto do sistema internacional o custo das políticas domésticas. A desvalorização de Nixon difundiu para o mundo as pressões inflacionárias geradas no interior da economia americana. Dez anos depois, a “revolução econômica” de Ronald Reagan provocou a elevação dos juros globais, o desvio da liquidez mundial na direção de Wall Street e uma forte apreciação do dólar. Poucos anos mais tarde, tornou-se inadiável uma brusca correção de rumo, com a depreciação do dólar ante o marco e o iene, algo que demandava a aquiescência da Alemanha e do Japão. Washington obteve o que desejava

no Acordo do Plaza de 1985, uma prova indiscutível da eficácia política do clube das potências.

Há dois anos os EUA buscam uma reedição do Acordo do Plaza, sob a forma de um pacto de limitação de superávits ao máximo de 4% dos PIBs nacionais, o que implicaria forte apreciação do renminbi chinês. A proposta faz sentido, mas não decola, pela conjunção de dois motivos. Um: a China não admite reproduzir a função desempenhada pelo Japão há um quarto de século. Dois: o G-20 não é um G-7 ampliado. Os chineses temem repetir a trajetória do Japão depois do Plaza, quando o influxo de

capitais se coagulou em bolhas especulativas nos mercados de imóveis e ações, que explodiram na crise financeira de 1990 e redundaram numa estagnação de quase dez anos. O consenso interno em torno do renminbi depreciado estende-se do núcleo dirigente do Partido Comunista, que insiste em conferir direitos econômicos à população, até as empresas transnacionais estabelecidas no país, que funcionam como plataformas de exportações.

O G-20, consolidado após a quebra do Lehman Brothers, reflete o declínio relativo dos EUA e a multiplicação dos centros de poder econômico gerados pela globalização. Ele não é um clube, mas um fórum. Seus integrantes, especialmente a China, não compartilham

a visão de mundo que moldou o sistema de Bretton Woods. Suas reuniões, escancaradas ao escrutínio público, são teatros do espetáculo da soberania.

Hoje, em Seul, chineses, alemães, brasileiros e sul-africanos erguerão sua voz para acusar os EUA.

Todos eles estarão de olhos postos nas manchetes dos telejornais e das publicações impressas. A decisão do Federal Reserve de inundar o mercado com uma torrente de US\$ 600 bilhões assinala um ponto de inflexão. Os EUA cansaram-se de esperar e resolveram mudar unilateralmente o cenário mundial. A China retrucou num tom incomum, anunciando que erguerá uma “muralla de fogo” contra o ingresso de capitais especulativos. A guerra cambial assume a configuração de um confronto político e ameaça converter o G-20 em praça de combates. Em meio aos disparos, o governo brasileiro transforma a justificada indignação com a iniciativa americana em pretexto para circundar o debate sobre a conexão entre os gastos públicos, as taxas de juros e a apreciação do real.

Uma falência do G-20 não serviria a nenhum dos atores de uma ordem econômica global que precisa da “mão visível” da política para conservar alguma estabilidade.

Mas o espetáculo da soberania, por sua própria dinâmica, pode desandar em guerra cambial e comercial, arrastando o mundo pela ladeira da depressão. Hoje só o FMI, que faz reuniões fechadas, propícias à separação entre a soberania e seu exercício espetacular, tem as condições políticas para exercer a mediação entre as potências do G-20. Depois dos retumbantes fracassos dos anos 90, o FMI pode encontrar um novo papel útil nessa função de intermediação.

Se isso acontecer, o Brasil de Dilma Rousseff reconhecerá a antiga instituição de Bretton Woods um parceiro insubstituível. Ironias da História.

*

SOCIÓLOGO, É DOUTOR EM GEOGRAFIA
HUMANA PELA USP. E-MAIL:
DEMETRIO.MAGNOLI@TERRA.COM.BR

Em mensagem ao G20, Obama tenta acalmar tensões – Folha de São Paulo – Mercado – 11/11/2010

DO "NEW YORK TIMES",
EM SEUL, COREIA DO SUL

O presidente Barack Obama, dando início a uma conferência de cúpula que já vem pressionando os limites da cooperação internacional, implorou a outros líderes mundiais, ontem, para que transfiram o foco mundial da demanda econômica para longe do consumo e da captação norte-americanos, dos quais o planeta vem dependendo, historicamente.

Em carta aos demais líderes do G20, divulgada pouco depois da chegada de Obama a Seul, ele tentou acalmar as tensões cambiais que vêm perturbando as relações internacionais, ainda que não tenha mencionado diretamente as duas mais importantes fontes dessas tensões: as intervenções cambiais chinesas e a recente decisão do banco central dos Estados Unidos de injetar US\$ 600 bilhões na economia do país.

"Todos reconhecemos agora que a fundação para uma recuperação forte e durável não se materializará caso os domicílios norte-americanos deixem de poupar e voltem a consumir com dinheiro obtido por empréstimo. Mas não há país capaz de atingir sozinho o objetivo comum de uma recuperação forte, sustentável e equilibrada", escreveu Obama.

Em artigo de opinião para a edição asiática do "Wall Street Journal", Timothy Geithner, secretário do Tesouro dos EUA, com a colaboração de Tharman Shanmugaratnam, ministro das Finanças de Cingapura, e Wayne Swan, secretário do Tesouro da Austrália, disse que "uma recuperação em duas velocidades dominará a economia mundial por muito tempo" e tornará necessária novas formas de cooperação.

Somados, a carta de Obama e o artigo de Geithner delineiam uma estratégia que combina apelo à racionalidade, esforços para evitar confrontos e dose considerável de humildade.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Mantega vê poucas chances de sucesso em Doha – Valor econômico – Brasil – 11/11/2010

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, praticamente decretou ontem a morte da Rodada Doha, a negociação para liberalização do comércio mundial, e apontou os Estados Unidos como os culpados.

Doha foi lançada há dez anos, está no impasse há dois e a Organização Mundial do Comércio (OMC) espera que o G-20 dê um novo "impulso político" para sua conclusão no ano que vem, antes de reformas das políticas agrícolas nos EUA e na União Europeia.

Mantega acha, porém, que a negociação, na qual mais o governo Lula apostou para abrir mercados para as exportações brasileiras, “não tem grandes chances” de terminar.

Sua convicção foi formada quando ouviu o presidente americano Barack Obama falar sobre a negociação na cúpula do G-20 em Toronto, em junho.

Na ocasião, Mantega, representando Lula, defendeu a última chance de fechar Doha, nas condições que os países já tinham negociado, e avisou que o Brasil não aceitava a introdução de novas exigências de abertura de mercado.

Obama retrucou que os EUA não tinham condições de aceitar o acordo agrícola, industrial e de serviços pela insuficiência de acesso aos mercados para os produtores americanos. “Ou muda ou onde está não dá”, teria afirmado Obama, buscando acesso adicional nos emergentes mais dinâmicos, como Brasil, China e Índia.

O Valor apurou ontem que os EUA estão exigindo agora também que, como parte de Doha, o Brasil aceite participar do Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, sigla em inglês), pela qual os países membros se comprometem a eliminar as tarifas de importação de 180 produtos, como semicondutores, computadores e equipamentos de telecomunicações.

As atenções da cena comercial estão concentradas em Seul para o que dirá Obama desta vez. Mas a política americana é de multiplicar as exportações em cinco anos para criar mais empregos e recuperar a economia. Para isso, precisa insistir em demandas que os emergentes julgam inaceitáveis.

Seja o que sair de Doha no G-20, amanhã, parece já sem credibilidade.

Mantega colocou mais um prego no caixão da negociação. Só falta a coragem política dos países fazerem o enterro formal.

Cinco imperativos para o G-20 – Valor econômico – Opinião – 11/11/2010

Em todo o mundo, as economias estão cada vez mais interdependentes, mas nacionalismo econômico, protecionismo e atitudes do tipo “empobrecer o vizinho” estão ameaçando os laços de confiança e de cooperação que uma economia realmente globalizada exige.

Para evitar uma nova recessão, ou algo pior, os líderes dos 20 países mais ricos devem assumir ações agressivas na cúpula semianual do G-20 em Seul para desenvolver uma ampla agenda objetivando um crescimento mundial mais equilibrado, equitativo e sustentável — e para supervisionar sua rigorosa implementação.

Cinco princípios deveriam nortear seu pensamento. Em primeiro lugar, embora as diferenças sobre comércio e política econômica devam ser abordadas, o autointeresse míope tem de ser combatido de forma ativa.

Superávits excessivos em alguns países e endividamento excessivo de outros, alimentados, respectivamente, por moedas subvalorizadas e gastos governamentais descontrolados, devem ser combatidos. Os países devem se comprometer em não sustar por razões políticas a exportação de recursos naturais essenciais e em fazer todo o possível para manter e incentivar a abertura dos mercados com base em princípios de reciprocidade e sustentabilidade a longo prazo.

Para que isso aconteça, todos os grandes atores devem permanecer comprometidos com o livre comércio no contexto de um sistema mundial justo e equitativo e devem comunicar esse compromisso, vigorosa e repetidamente a suas próprias sociedades.

Por serem as duas mais importantes potências comerciais mundiais, os EUA e a China, em especial, devem combater as tendências, em seus próprios países, de erguer barreiras ocultas ou colocar em prática medidas inadequadas de retaliação destinadas a aplacar a opinião pública interna.

Todas as economias precisam enfrentar as perturbações internas que podem acompanhar a abertura dos mercados.

Em segundo lugar, esforços muito mais vigorosos devem ser empreendidos para fazer progredir os acordos comerciais multilaterais, em particular completando a Rodada Doha de negociações comerciais. Embora a proliferação de acordos bilaterais de comércio em todo o mundo seja uma evolução positiva, a economia mundial sofrerá enormemente se esses acordos acabarem se efetivando em detrimento de acordos mundiais, que podem contribuir exponencialmente mais para impulsionar o crescimento mundial.

Em terceiro lugar, no contexto de uma economia mundial cada vez mais interdependente, as políticas monetária e fiscal devem ser melhor coordenadas em todos os países. O G-20 deve fazer muito mais para harmonizar as políticas econômicas e comerciais nos diferentes países e continentes para catalisar o crescimento mundial. Obstáculos desnecessários aos fluxos internacionais de capitais e ao investimento direto estrangeiro devem ser eliminados à medida que as economias vão se tornando mais fortes.

Analogamente, temos de avançar muito mais rapidamente, em todo o mundo, rumo a taxas de câmbio regidas pelo mercado e no sentido de resolver o enorme endividamento de muitos países desenvolvidos.

O G-20 também pode desempenhar um papel mais importante no reforço das competências das entidades regulamentadoras num ambiente internacionalmente conectado e deveria desenvolver um referencial regulamentar mutuamente acordado para os mercados financeiros em evolução.

Em quarto lugar, muito mais precisa ser feito para deslançar o enorme potencial humano e econômico de 1,4 bilhão de pessoas em todo o mundo que vivem em

extrema pobreza e destituídas de oportunidades significativas. Nove milhões de crianças morrem anualmente antes de seu quinto aniversário, 69 milhões de crianças em idade escolar não estão na escola, 884 milhões de pessoas não têm acesso a água potável e 2,6 bilhões não dispõem de acesso a saneamento básico.

Educar e capacitar os grupos mais pobres e desfavorecidos em todo o mundo não é apenas um imperativo moral, é também um dos melhores investimentos em crescimento sustentável de longo prazo que os líderes mundiais podem fazer. Os países do G-20 devem assumir a liderança em tornar isso realidade.

Finalmente, deve ser incentivada a inovação como um gerador de crescimento no longo prazo.

Isso exige fomentar investimentos mais eficazes em educação e em pesquisa e desenvolvimento, aumentando a proteção à propriedade intelectual e a promoção de novos esforços colaborativos internacionais, contribuindo para enfrentar os desafios comuns nos setores de energia, proteção ambiental, saúde e outras áreas.

A declaração de princípios divulgada em 23 de outubro pelos ministros das Finanças do G-20 traz muitas afirmações apropriadas sobre algumas dessas questões.

Mas as palavras dos ministros cairão no vazio se, como aconteceu com afirmações semelhantes feitas nas cúpulas anteriores do G-20 em Londres e Toronto, os Estados membros não as traduzirem em ação.

Uma vez que os EUA estão menos capacitados para desempenhar o papel principal na gestão da economia mundial, de algumas maneiras, a responsabilidade passou agora para o G-20, com os EUA e a China na vanguarda, de definir um rumo de colaboração e coordenação, tanto em palavras como em ações, capazes de orientar o crescimento econômico mundial no século XXI.

Se os líderes do G-20 não aceitarem essa responsabilidade e em vez disso optarem pelo caminho do nacionalismo econômico, o futuro poderá ficar sombrio.

Uma vez que Washington está menos capacitado para desempenhar o papel principal na gestão da economia mundial, a responsabilidade passou para o G-20. Se os líderes não aceitarem essa responsabilidade, o futuro poderá ficar sombrio.

Jamie F. Metzl é membro do Conselho de Segurança Nacional do presidente Bill Clinton e vice-presidente executivo da Asia Society **Zachary Karabell** é presidente da RiverTwice Research.

Os dois atuaram, respectivamente, como coordenador de projeto e diretor de projeto da Asia Society Task Force para reequilíbrio econômico mundial.

Copyright: Project Syndicate, 2010.

www.project-syndicate.org

Câmbio deve travar avanços no G-20 - Assis Moreira – Valor Econômico – Especial – 11/11/2010

Cúpula Impasse e tensão crescem num momento em que guerra cambial se torna questão central das discussões

De Seul

O impasse persistia e a tensão subia ontem entre os EUA, a China, o Brasil e os seus respectivos aliados sobre como tratar de intervenções no câmbio, questão central da guerra de moedas, jogando dúvidas sobre progressos na cúpula do G-20 que começa hoje.

Uma dose de desânimo levou certos negociadores a ironizar que a China só valorizará sua moeda “na próxima dinastia”. Com relação aos EUA, as atas do Federal Reserve, o BC americano, chamavam atenção por analisar sua política monetária como se o resto do mundo não existisse, o que explica a facilidade em criar liquidez que afeta o resto do mundo.

Nas discussões em Seul, foi confirmado o entendimento de os países do G-20 caminharem na direção de uma taxa de câmbio determinada pelas forças do mercado e que reflita os fundamentos de suas economias.

Mas as divergências são firmes no parágrafo seguinte. Os países se comprometeram “a não adotar desvalorizações competitivas de suas moedas”, como já acertado no encontro de ministros de Finanças e banqueiros centrais, há três semanas, os membros do G-20.

Mas o texto preliminar trouxe em colchetes, com apoio de países como EUA e Alemanha, a decisão de ampliar o compromisso para que os membros do G-20 também “não adotem medidas que freiam a valorização de moedas justificadas pelos fundamentos do mercado”, numa evidente alusão à China.

Pequim pediu a abolição da frase.

O Brasil a colocou em colchetes, o que significa que não há acordo e é necessário ainda negociar.

Igualmente nesse contexto, o Brasil insistia para os emergentes terem reconhecido o direito de impor “medidas macroprudenciais”, a outra maneira de mencionar controle de capital, para frear fluxo excessivo de recursos em suas economias. Mas outros países, incluindo os EUA, queriam um compromisso vago e mais genérico.

A batalha milimétrica por vírgulas e termos ilustra a enorme resistência dos países superavitários, que não querem se comprometer em acelerar a demanda interna, e os deficitários, como os EUA, que têm pressa para exportar para criar mais empregos em casa.

O presidente americano, Barack Obama, desembarcou em Seul com a intenção de reduzir os crescentes atritos com seus parceiros sobre o afrouxamento monetário.

Em Nova Déli recebeu o endosso da Índia. Na Indonésia, jogou o charme de ter sido criado lá para atenuar a pressão sobre ele. E, chegando à capital coreana, enviou uma carta a todos os outros membros do G-20.

Mas há dúvidas se a carta vai atenuar ou causar mais discórdias.

Obama insiste que a recuperação global depende também da saúde da economia americana. Mas logo passa a cobrar que economias com crescimento econômico baseado nas exportações devem ampliar sua demanda doméstica, ou seja, importar mais também.

“Um reequilíbrio das fontes da demanda global, juntamente com taxas de câmbio determinadas pelo mercado, que revertam subvalorização significativa, são a melhor base para uma mudança necessária para trazer uma recuperação vigorosa e balanceada que todos queremos”, diz Obama na carta.

Os EUA estão na defensiva no G20. O ministro Guido Mantega chegou dizendo que as “bandas indicativas” propostas pelos americanos para limitar a 4% o superávit ou déficit das contas correntes realmente não entram no documento.

No entanto, tarimbados negociadores não têm dúvidas de que na primeira ocasião Washington voltará com sua proposta.

É difícil os líderes irem além do que foi acertado pelos ministros de Finanças, há três semanas. Ou seja, muita generalidade não servirá para desarmar o confronto cambial.

Daí o porquê de Mantega chegar atacando os EUA e o dólar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje a Seul para participar da cúpula do G-20. A presidente eleita, Dilma Rousseff, está na capital sul-coreana desde ontem, juntamente com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Amorim é desconvidado a acompanhar Lula no G20 – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Poder - 12/11/2010

O ministro Celso Amorim foi desconvidado pelo Palácio do Planalto a participar da cúpula do G20 em Seul. O compromisso estava registrado na agenda do chanceler e sua reserva no Imperial Palace, hotel no qual ficou toda a comitiva, também já estava providenciada, quando um telefonema do cerimonial do Planalto à sua secretaria privada o avisou que ele não precisaria ir. O aviso criou grande mal-estar, ainda mais porque Amorim acompanhou o presidente na primeira etapa da viagem, até Moçambique. O constrangimento só aumenta quando se compara a agenda de Lula com a do chanceler que o acompanhou nos oito anos de governo, ajudou a dar projeção internacional ao presidente e até filiou-se ao PT. Enquanto Lula despede-se da cena global na Coreia, reunido com os principais governantes mundiais no G20, Amorim está na República Democrática do Congo. A nota em que o Itamaraty anuncia a visita do chanceler ao país africano como "a primeira de um chanceler brasileiro desde 1972" relata também que o intercâmbio comercial entre os dois países, até setembro, atingia inexpressivos US\$ 41,68 milhões.

A lógica indica que o desconvite a Amorim para Seul é também o desconvite para que ele continue no Ministério de Relações Exteriores. A presidente eleita Dilma Rousseff acompanha Lula, e seria natural que, se houvesse intenção de mantê-lo, Amorim estivesse presente na apresentação internacional da futura presidente.

O que não fica claro é se o desconvite implica também desgaste para o vice-chanceler Antonio Patriota, o único outro nome até agora mencionado nas especulações sobre o comando do Itamaraty, além do de Amorim. Patriota, secretário-geral do Itamaraty, é intimamente ligado a Amorim, que o promoveu, muito jovem, ao posto mais importante da diplomacia no exterior, a embaixada em Washington. Reforça a tese de que o episódio chamusca também Patriota o fato de que dois outros nomes começaram ontem a aparecer na bolsa de apostas para a Chancelaria. Um é o do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que já fez saber à futura presidente que gostaria de ocupar o posto. Outro é o de José Viegas, ministro da Defesa no primeiros mandato de Lula e hoje embaixador na Itália.

PRESTÍGIO

Se Amorim ficou constrangido, seu colega Guido Mantega só teve ontem razões para sentir o contrário. Lula insistiu para que ele comparecesse a seu lado à entrevista coletiva marcada para o fim da tarde em Seul e ainda o chamou para fazer a apresentação inicial, sobre a história e o presente do G20. Mais: quando tomou a palavra, Lula disse a Mantega que o ministro deveria defender, "na próxima reunião de ministros da Fazenda do G20", um levantamento sobre as medidas que cada país está adotando na crise e no pós-crise. A próxima reunião será

já no governo Dilma.
A presidente eleita, cuja presença havia sido anunciada, não compareceu.

Lula joga solução da "guerra" para pós-G20 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 12/11/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma jogou ontem a toalha quanto a um desenlace mais substancial da cúpula do G20, que pudesse pôr fim ao que seu ministro Guido Mantega batizou de "guerra cambial". Em entrevista coletiva, Lula disse que líderes fariam o debate político, mas que o debate técnico teria que "ser costurado até a próxima reunião do G20" (em novembro de 2011, na França). O debate técnico é essencial na conjuntura econômica global. Lula diz que se trata de encontrar "o ponto de equilíbrio para que o presidente [Barack] Obama se sinta confortável; o presidente Lula se sinta confortável e a presidente Cristina [Kirchner, da Argentina] se sinta confortável". À noite, no discurso durante o jantar de inauguração da cúpula, o presidente foi menos coloquial e mais técnico: "As economias que emitem moeda de reserva devem administrar a liquidez internacional com sentido coletivo". Tradução: os Estados Unidos não deveriam despejar US\$ 600 bilhões para irrigar sua economia, como anunciaram, sem atentar para os efeitos nos demais países. Depois, o presidente mirou "os maiores países, inclusive os emergentes, [que] não devem manter taxas de câmbio desvalorizadas buscando assegurar artificialmente fatia do mercado global atrofiado".

FALÊNCIA DO MUNDO

Antes, na entrevista coletiva, Lula havia dito que, "se os países mais ricos quiserem lastrear suas economias nas exportações, o mundo irá à falência, porque precisa alguém para comprar". Por fim, a defesa dos outros emergentes, Brasil inclusive, que, "ameaçados pelo fluxo de capital especulativo e pela valorização de suas moedas, são obrigados a adotar medidas defensivas". Durante e depois do jantar, os negociadores voltaram à busca do equilíbrio que dê a todos o conforto desejado por Lula. Como é tarefa complexa, acabaram definindo uma meta modesta para a quinta cúpula do grupo: apenas interromper o visível desgaste da unidade do conglomerado. Esse estado de espírito permeou o discurso de Lula, que pediu "recuperar o espírito de solidariedade e cooperação" no G20. A unidade foi o motor que permitiu ao grupo consolidar-se como foro privilegiado de discussão da economia global e como motor da reativação, ainda que esteja sendo desigual.

Manter a unidade requer, inexoravelmente, deixar para mais adiante entrar nos detalhes técnicos que permitam reequilibrar a economia global.

NOVA SIGLA

O modelo para tanto já foi aprovado anteriormente e tomou a forma de uma nova

sigla, conforme a **Folha** antecipou ontem: é MAP ("Mutual Assessment Process" ou Processo de Avaliação Mútua), mecanismo pelo qual serão colhidos dados de cada país do G20 e submetidos ao teste de seu impacto sobre os demais, sob supervisão técnica do FMI.

Lula, avesso a siglas tecnocráticas, dá a sua visão do mecanismo, mais direta: "Discutir no G20 os reflexos nos outros países [das decisões de cada um], porque o G20 não é cada um por si e Deus por todos, mas todos por todos e Deus por todos". Nessa busca pelo conforto e pela unidade, Lula até esvaziou parte da pressão que os EUA sofrem de quase todos os parceiros, por conta da decisão de irrigar sua economia com US\$ 600 bilhões nos próximos oito meses. Parte desse dinheiro iria para emergentes, valorizaria ainda mais suas moedas e, em consequência, dificultaria suas exportações. "Não se trata apenas de pressionar os Estados Unidos. A coisa não funciona assim. Os Estados Unidos tomaram as medidas que tomaram em função da visão que eles têm. Vamos respeitar isso", disse Lula. Mas, acrescentou o presidente, "vamos chamá-los à responsabilidade pelo efeito que [essas medidas] trazem a outros países".

DIPLOMATIQUÊS

É mais ou menos assim que terminará a cúpula: um documento final redigido no diplomatiquês de praxe, de tal forma que cada país possa interpretá-lo de acordo com sua visão e com seus interesses políticos internos, sem apontar o dedo para este ou aquele.

Mas um texto que deixe aberta a porta para as negociações que levem a acordos mais substanciais no futuro, de preferência próximo. Tanto é assim que a França, que assume amanhã a presidência do G20, já anunciou que a sua agenda para a próxima cúpula estará centrada na "reforma do sistema financeiro global", rótulo amplo o suficiente para acomodar uma discussão abrangente.

Dessa forma, salvam-se da cúpula de Seul dois avanços importantes que acabaram ofuscados pela questão cambial: a reforma do Fundo Monetário Internacional, que dá mais poderes aos emergentes (e, no caso do Brasil, coloca-o entre os dez maiores cotistas); e os novos mecanismos para a banca, destinados a tentar evitar a repetição da crise financeira de 2008/09.

G-20 deve adiar solução para conflitos cambiais – Valor econômico - Capa – 12/11/2010

O documento que os líderes das 20 maiores economias do mundo assinarão hoje, em Seul, para tentar reduzir os desequilíbrios econômicos globais e atenuar os conflitos cambiais, não deverá trazer medidas concretas. Para evitar desgaste entre EUA e China, o mais provável é o estabelecimento de um "cronograma de discussões" sobre políticas cambial, monetária, fiscal e comercial que empurrará as dificuldades para o ano que vem, quando a França assumirá a presidência do G-20.

Até a madrugada de hoje, Washington e Pequim divergiam sobre como tratar de intervenções cambiais e desequilíbrios externos em geral. Os EUA eram apoiados

pelo México, e a China dividia com os americanos a simpatia dos asiáticos, que não queriam se comprometer muito. O Brasil criticou os dois.

EUA e China discordavam primeiro sobre a linguagem do texto, que, segundo os chineses, os apontava como manipuladores do yuan. Depois, sobre os “parâmetros indicativos” para o processo de avaliação mútua das políticas econômicas do G-20. Os EUA insistem em listar alguns indicadores, como o superávit ou déficit das contas externas. China e Alemanha, os países mais superavitários, só querem enunciar o princípio.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso incisivo no jantar de trabalho dos líderes do G-20, ontem, ao lado da presidente eleita, Dilma Rousseff. Ele criticou os Estados Unidos pelo clima de guerra cambial, que pode levar à guerra comercial, e não poupou a China, criticada por manter sua moeda desvalorizada.

Na prática, o comunicado genérico que os líderes do G-20 vão anunciar hoje confere ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um papel central nas definições sobre a avaliação das políticas cambial, monetária e fiscal desses países. O FMI se tornará uma espécie de “Ministério da Fazenda” informal do G-20.

Espera-se que os países do G-20 façam no início de 2011 a primeira avaliação com base nos “parâmetros indicativos”.

Esse exercício será revisto pelos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais no primeiro encontro do G-20 no ano que vem. A questão é justamente como definir rapidamente quais indicadores vão identificar progressos em direção à “sustentabilidade externa” e à consistência das respectivas políticas dos países. Página A11

G-20 apresenta acordo sem medidas concretas e adia solução de tensões – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional – 12/11/2010

Cúpula de Seul Sem consenso, grupo deve estabelecer um 'cronograma de discussões'

De Seul

Os líderes das 20 maiores economias desenvolvidas e emergentes deverão assinar hoje, em Seul, um acordo para reduzir os desequilíbrios econômicos globais, mas sem medidas concretas.

Esse acordo dificilmente atenuará no curto prazo a confrontação cambial e no comércio.

Para evitar desgaste maior no confronto entre os EUA e a China, o mais provável é o estabelecimento de um “cronograma de discussões” sobre políticas de câmbio, monetária, fiscal e comercial, que empurrarão as dificuldades para a presidência francesa do G-20 no ano que vem.

Washington e Pequim divergiam até a madrugada passada sobre como tratar de intervenções cambiais e desequilíbrios externos em geral no texto. Os EUA eram apoiados firmemente pelo México, e a China dividia com os americanos a simpatia dos asiáticos que não queriam se comprometer muito. O Brasil criticou os dois.

O capítulo inteiro de “políticas cambial, monetária e de comércio” continuava aberto, depois do fiasco de um entendimento entre os negociadores após reuniões desde segunda-feira que começavam na manhã e terminavam na madrugada. Num fato não muito comum, sobrou para os líderes tentarem um compromisso nesta sexta-feira afim de salvar a já chamada de “cúpula do desentendimento”.

O primeiro desacordo que persistia entre os EUA e a China era sobre a linguagem que conclama os países a se abster de desvalorizar suas moedas. Os chineses reclamam que a linguagem usada criticava indiretamente sua política cambial e os apontava como manipuladores do yuan.

O segundo era sobre os “parâmetros indicativos” para o processo de avaliação mútua das políticas econômicas do G-20. Os EUA insistem em listar alguns indicadores logo, como o superávit ou déficit das contas externas. A China e a Alemanha, os países mais superavitários, só querem anunciar o princípio. E acusam, por sua vez, os EUA de praticarem uma política de dólar barato com a gigantesca liquidez dos US\$ 600 bilhões anunciados na semana passada, causando problemas para o resto do mundo.

O presidente americano, Barack Obama, se encontrou separadamente com o presidente chinês, Hu Jintao, e a premiê alemã, Angela Merkel, na tentativa de negociar detalhes do acordo de hoje, que na prática mantém o clima de guerra cambial.

“Existe o reconhecimento de que se todos nós quisermos um crescimento mais forte, precisamos de demanda. E para ajudar as mudanças ocorrerem, temos de tomar ações. Um enquadramento da discussão para resolver problemas de desequilíbrio, o tipo de políticas cambiais que são necessárias etc.”, disse Obama.

Foi nesse ambiente que o presidente Luiz Inácio da Silva fez um discurso incisivo no jantar de trabalho dos líderes do G-20, ontem, ao lado da presidente eleita Dilma Rousseff. Ele alvejou os EUA pelo clima de guerra cambial, que pode levar à guerra comercial, mas tampouco poupou a China.

“As economias que emitem moeda de reserva devem administrar a liquidez internacional com sentido coletivo. Da mesma forma, os maiores países, inclusive os emergentes, não devem manter taxas de câmbio desvalorizadas buscando assegurar artificialmente fatia do mercado global atrofiado”, conclamou Lula.

“Ameaçados pelo fluxo de capital especulativo e pela valorização de suas moedas, mais países, principalmente emergentes, são obrigados a adotar medidas defensivas”, acrescentou.

Lula disse aos líderes que de 2003 para cá o real valorizou mais de 80% em relação às moedas de seus principais parceiros.

O balanço de pagamentos acusa “um pequeno déficit”. Estima que a economia brasileira crescerá 7,5% este ano e 5% no ano que vem. A conclusão de Lula é de que o Brasil faz sua parte na comunidade internacional.

Um balanço da agência Dow Jones mostra que esta semana Taiwan impôs limite nos bônus detidos por estrangeiros. A Coreia do Sul espera só o G-20 acabar para também limitar a entrada de recursos. Os bancos centrais de Israel e Coreia do Sul estão intervindo no mercado, comprando dólares para evitar a valorização de suas moedas. A China aumentou a exigência de compulsório dos bancos, para desacelerar o investimento estrangeiro.

Mais cedo, em entrevista coletiva, Lula praticamente antecipava o fiasco da cúpula, que qualificou como ponto de partida para “reflexão” sobre as causas da guerra cambial, para soluções eventualmente no ano que vem.

Para seu assessor internacional, Marco Aurélio Garcia, a situação é complicada, mas também mostra a importância do G-20 para se tentar a cooperação global.

Primeiro, diz ele, os EUA, que sempre tiveram dificuldades com multilateralismo, estão numa situação enalacrada econômica e politicamente. A China também tem um cenário complexo, pois sabe que se a recessão voltar nos EUA e na UE, seu modelo de crescimento baseado em exportação sofre pane. E vai ter muitos problemas internos se a economia desacelerar.

Na Europa, o mal-estar social se manifesta com 10 milhões de pessoas nas ruas na França. Nesse cenário, a situação brasileira é mais confortável, com uma “grande fronteira social”, já que apenas 13% do PIB depende de comércio exterior.

Lula defende Doha, mas não entusiasma líderes – Valor Econômico – Internacional – 12/11/2010

O G-20, que junta as maiores economias do planeta, defenderá hoje que os países intensifiquem negociações em 2011 para tentar concluir a Rodada Doha de liberalização comercial.

A mensagem foi duramente negociada, porque os EUA insistem que só aceitam acordo se o pacote for reaberto para obter mais vantagens para suas exportações para

os países emergentes.

Brasil e Índia não aceitam pagar mais sem receber em troca.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o jantar dos líderes, ontem, na abertura da cúpula para defender a conclusão da negociação global. Isso um dia depois de seu ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, ter excluído as chances de acordo num futuro previsível, diante da posição americana, numa avaliação que não está distante da realidade.

O apelo de Lula não causou entusiasmo entre os líderes, embora se saiba que o único realmente contrário à conclusão da rodada, pelo menos nos termos atuais, seja o americano Barack Obama.

Para se ter uma ideia da dificuldade americana de negociar, o país não conseguiu esta semana fechar sequer um acordo com a Coreia do Sul, que já estava praticamente fechado havia meses.

O texto que os líderes do G-20 vão endossar hoje instrui seus negociadores a tentar acelerar as barganhas.

“Agora devemos concluir o ‘end game’”, diz o documento final, ao qual o Valor teve acesso.

“Depois do resultado alcançado, nos comprometemos a buscar ratificação onde necessário, em nossos respectivos sistemas”, diz o texto.

Os líderes do G-20 também vão reiterar o compromisso de resistir ao protecionismo comercial — algo que na prática vem sendo ligeiramente desrespeitado pelos países. (AM)

OperigosofracassodoG-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 13/11/2010

O fracasso da reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), formado pelas maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento, aumenta o risco do jogo sujo no comércio internacional e de um prolongamento da crise. A desordem cambial, o assunto mais importante do encontro, continua sem solução. As moedas chinesa e americana – yuan e dólar – permanecerão depreciadas e sujeitas a maior desvalorização, porque as políticas serão mantidas nos dois países. Os demais, incluído o Brasil, continuarão pagando pelos desajustes globais. Depois de dois dias de conversas e trocas de acusações, os chefes de governo reunidos em Seul emitiram um comunicado e vários documentos, num total de 90 páginas, sem um só

compromisso importante além daqueles assumidos nas quatro conferências anteriores, desde novembro de 2008.

O lançamento de um *Plano de Ação de Seul* foi insuficiente para disfarçar o impasse em torno da questão mais premente. Os documentos contêm o compromisso de avançar para um sistema cambial de mercado. Todos prometem evitar a desvalorização competitiva, usada para baratear os produtos nacionais e encarecer os estrangeiros.

A lembrança dos anos 30 do século passado, quando o protecionismo e a depreciação cambial derrubaram o comércio e afundaram o mundo na Depressão, continua viva. Mas a imagem das misérias de oito décadas atrás ainda é insuficiente para levar os governos das maiores economias a uma cooperação mais ampla. Há cinco semanas, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Kahn, lamentou

o enfraquecimento recente da cooperação. A pior fase da crise foi superada, como lembrou, porque os governos do G-20 agiram em conjunto para deter a quebradeira dos bancos e estimular a atividade.

Duas ou três vezes naquela semana a advertência foi repetida: a recuperação será retardada, se faltar a colaboração obtida nos primeiros encontros de cúpula do G-20. Não há solução isolada para a crise: esta frase foi um mantra na assembleia do FMI, mas as palavras parecem ter perdido o poder de acicatar consciências.

A experiência da cooperação, durante dois anos é mencionada nos oito primeiros parágrafos do comunicado final. A lembrança é acompanhada de uma advertência. Ainda há riscos e “o crescimento desigual e os desequilíbrios cada vez mais amplos alimentam a tentação de abandonar as soluções globais e partir para ações descoordenadas”. O alerta se completa: ações desse tipo “só poderão levar às piores consequências para todos”.

Mas a maior parte dos compromissos é mera repetição – às vezes com algum acréscimo – de ações já combinadas.

Os governos continuam prometendo planos confiáveis de ajuste fiscal de médio prazo. Devem agir porque a dívida pública no mundo rico está quase insustentável. Mas é preciso ter cuidado, porque as economias continuam dependentes de estímulos. Houve avanço nas propostas para reforma do sistema financeiro, graças ao trabalho técnico de instituições multilaterais. Coube ao G-20 registrar a boa nova. Já se decidiu, também, como será a redistribuição de cotas e votos no FMI, com vantagens para as grandes economias emergentes.

Mas nenhuma dessas mudanças contribuirá a curto prazo para a superação da crise.

Os líderes combinaram aprofundar o trabalho de avaliação conjunta de suas políticas. Haviam dado o passo inicial na reunião de Pittsburgh, em setembro de 2009. O FMI, responsável pelo trabalho técnico, já apresentou o primeiro relatório, mostrando com números como será prejudicial um afrouxamento da cooperação. Revestido de equações, o mantra da coordenação parece ainda mais convincente.

A presidente eleita, Dilma Rousseff, tomará posse num ambiente global muito menos propício que o dos primeiros seis anos da gestão petista.

Deverá esforçar-se, como já prometeu, para atenuar os efeitos do problema cambial e das más condições externas. Será prudente se combinar suas ações com a manutenção do câmbio flexível – cuidado também já prometido. Obterá resultados mais seguros e duradouros se cuidar amplamente do problema da competitividade, sem se preocupar só com o câmbio.

Consenso tímido só veio na última hora – *Cláudia Trevisan Fernando Dantas* - Estado de São Paulo – Economia – 13/11/2010

A definição do mecanismo que será usado para medir os grandes desequilíbrios da economia mundial foi a mais difícil negociação entre os países do G-20 e deixou a China praticamente isolada. O consenso em torno do assunto só foi alcançado ontem, poucas horas antes da divulgação do comunicado assinado pelos líderes reunidos em Seul.

Os chineses resistiram, mas no fim aceitaram a fórmula que prevê uma avaliação da situação de cada país até novembro de 2011, quando termina a presidência da França no G-20.

Apesar de não ser explicitamente direcionado à correção do patamar desvalorizado do yuan, o mecanismo poderá indicar a questão cambial como um dos fatores responsáveis pelo grande superávit do país asiático em suas transações com o restante do mundo e apontar eventuais “medidas corretivas”.

A China cedeu nesse ponto, mas vetou outras propostas dos Estados Unidos voltadas explicitamente ao valor desvalorizado de sua moeda. Os americanos queriam que os países se comprometessem a não praticar “subvalorizações competitivas”, mas os chineses insistiram em manter a redação aprovada pelos ministros de Finanças no mês passado, que fala em “desvalorizações competitivas”.

A diferença é que a redação proposta por Washington contempla a situação de uma moeda que está abaixo do nível em que deveria estar, ainda que não se desvalorize, exatamente o caso do yuan. Cobrança. Na entrevista que concedeu no fim do encontro, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi incisivo em sua cobrança pela mudança no regime cambial chinês, uma antiga reivindicação que encontra

pouco eco em Pequim.

O americano afirmou que o valor desvalorizado do yuan é uma fonte de irritação não apenas para os Estados Unidos, mas para muitos parceiros comerciais da China. “Ele está subvalorizado. E a China gasta enormes quantidades de dinheiro intervindo para mantê-lo subvalorizado.”

Obama reconheceu que o problema não será resolvido “da noite para o dia”, mas sustentou que

ele precisa ser enfrentado. Além de atacar a China, o líder americano se defendeu das acusações de que o pacote de injeção de US\$ 600 bilhões tem por objetivo a desvalorização do dólar e o consequente aumento das exportações de seu país.

“De tudo o que eu posso ver, a decisão não foi desenhada para ter impacto sobre a moeda, no dólar. Ela foi concebida para o crescimento da economia.” Os desequilíbrios que o G-20 tenta corrigir estiveram na origem da crise financeira que explodiu em setembro de 2008 e têm como representantes máximos a China e os Estados Unidos. O país asiático poupa demais e o americano gasta em excesso.

As duas pontas estão relacionadas, porque os chineses usam parte dos recursos que acumulam para financiar o endividamento e os gastos dos Estados Unidos, que geraram a crise mundial.

Com o documento aprovado ontem, os líderes do G-20 criaram instrumentos para tentar

reduzir esse desequilíbrio e trazer os déficits ou superávits nas transações externas a níveis “sustentáveis”.

Para reduzir seu superávit, a China terá de reduzir suas exportações e aumentar as importações, o que implica a valorização de sua moeda—o movimento elevará o preço em dólares das vendas chinesas e diminuirá o das compras. “A China não quer de jeito nenhum”, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A criação do mecanismo de avaliação dos desequilíbrios globais foi a versão que substituiu a proposta dos Estados Unidos de limitar em 4% do PIB os déficits e superávits externos dos países, rejeitada pela maioria do G-20.

Os líderes reunidos em Seul avançaram em relação ao acordo fechado por seus ministros de Finanças, que se reuniram há duas semanas. Ontem, os presidentes e primeiros-ministros do grupo decidiram que a avaliação dos desequilíbrios globais será feita por um grupo de trabalho formado por representantes de todos os países do G-20, com base em diretrizes que serão definidas pelos ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central.

Muitos dos líderes reunidos ontem reagiram de maneira contida ao resultado obtido. “O acordo de Seul é melhor do que o desacordo”, disse o presidente francês Nicolas Sarkozy, que assume a presidência do grupo em 2011. “Não foi heroico, mas progressivo e contínuo”, completou o britânico David Cameron.

Na avaliação do diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, a tensão dentro do G-20 reflete os conflitos entre as diferentes políticas domésticas de seus integrantes. “Eles querem ter as próprias políticas. Ao mesmo tempo, eles compreendem que em um mundo mais e mais globalizado, eles precisam considerar os efeitos e interações e não podem agir de maneira independente.”

Dificuldade no G20 – Folha de São Paulo – Editorial – 13/11/2010

O encontro do G20 repetiu o ambiente da reunião anual do FMI no mês passado, quando já havia ficado claro que seria muito difícil chegar a acordos objetivos para restaurar o bom funcionamento da economia mundial. O crescimento desigual entre as economias permanece sendo o problema central, que induz cada país a agir por si mesmo. De um lado estão as nações desenvolvidas, afogadas em dívidas, experimentando a ressaca da bolha de crédito. O incentivo neste caso é o uso de políticas de expansão monetária e de gastos públicos. Os EUA são o caso mais extremo e foram o foco da discórdia no encontro, depois da decisão do Federal Reserve (o BC dos EUA) de comprar US\$ 600 bilhões em papéis do governo no mercado. A decisão é compreensível, mas o excesso de dólares acaba canalizado para outros países, contribuindo para a instabilidade nos fluxos de capitais e aumento de riscos de bolhas financeiras.

Do outro lado está a China, que intervém fortemente no câmbio e mantém a moeda desvalorizada para estimular exportações. A intransigência dos chineses em reduzir saldos comerciais e redirecionar a economia para o consumo interno também traz prejuízos à recuperação internacional. Não é mistério que um reequilíbrio global mais duradouro depende de se achar uma forma de fortalecer a demanda interna da Ásia e reduzir o déficit americano. Toda a dificuldade do G20 está em coordenar este processo e, ao mesmo tempo, criar novos

mecanismos para a gestão da economia e das finanças mundiais. Nesse terreno pouco se avança. Houve um único progresso nos últimos meses, confirmado no encontro desta semana: o reforço do combalido FMI, depois da redistribuição de 6% das cotas em favor dos emergentes e do aprofundamento do chamado "processo de avaliação mútua" (MAP, na sigla em inglês), conduzido pelo próprio fundo para identificar desequilíbrios e promover sua correção. Ainda é pouco.

Para Amorim, não havia razão para ir ao G20 – Eliane Cantanhêde e Clóvis Rossi
– Folha de São Paulo – Poder – 13/11/2010

O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) disse ontem que tem "ótimas" relações com o presidente Lula e que sua presença na reunião do G20, em Seul, não era necessária, porque é um foro estritamente econômico. Segundo ele, só um ministro tem acesso, o da Fazenda, Guido Mantega. "Eu mesmo levei ao presidente Lula, na semana passada, a ideia de que não era necessária a minha ida. Ele concordou. Pode-se tirar a conclusão que quiser, mas os fatos são outros", disse. O ministro chegou às 6h do Congo, onde participou de assinatura de um programa contra a violência sexual contra a mulher, depois de ser desconvidado para integrar a comitiva a Seul. Ele disse que o G20 "só tem lugar para um ministro, e não cabe o ministro de Relações Exteriores entrar como se fosse o assessor do assessor do assessor". Das 4 reuniões do G20 financeiro, Amorim diz que só foi às 2 primeiras, uma nos Estados Unidos e outra no Reino Unido, porque havia reuniões bilaterais com temas de política externa. Na última, em Petersburgo (EUA), ele também não foi. Em Seul, porém, também houve reuniões diplomáticas: um jantar para ministros do Exterior, para o qual, na ausência de Amorim, acabou sendo convidado Marco Aurélio Garcia, o assessor diplomático da Presidência, e reuniões bilaterais de Lula com os presidentes da Coreia, Lee Myung-Bak, e da França, Nicolas Sarkozy. Amorim foi desconvidado de última hora, depois de seu nome constar da lista oficial dos acompanhantes de Lula e da reserva do hotel em Seul, conforme informou a Folha.

Mas ele acha que não foi uma grosseria de Lula nem uma sinalização de desencanto ou de rompimento: "Lula nunca faria isso comigo dessa maneira, nem precisaria disso para me dar algum recado", disse. Sua versão: "Meu nome constava porque tinha de constar, porque é preventivo. Caso o presidente diga que eu tenho de estar, aí eu vou ter de estar". Citou as reuniões ibero-americanas, em que seu nome sempre constava, mas ele não foi a nenhuma das últimas.

O mais constrangedor na exclusão do chanceler é que foi a um mês e meio da posse da presidente eleita Dilma Rousseff, que acompanhava Lula. Repercutiu com a sinalização de que ele está excluído do futuro governo.

G20 termina sem acordo cambial ou comercial para crise – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mercado – 13/11/2010

A "guerra cambial" que assombrou a cúpula do G20, encerrada ontem em Seul, não teve vencedores nem vencidos pela simples razão de que o grupo das maiores economias mundiais adotou uma trégua que joga para o ano que vem os movimentos que podem encerrá-la de vez ou agravá-la. A guerra se configurava pelo fato de que há países com enormes saldos comerciais e de transações com o exterior (caso principalmente da China) e países, como os EUA, com déficit enorme em ambos os itens. Como consequência, ambos manipulam sua política cambial, de forma a manter as moedas artificialmente desvalorizadas. Os EUA, para estimular sua economia por meio de exportações que um dólar fraco torna mais fáceis. A China, como política permanente de crescimento baseado em exportações. Essa situação é estrutural. Vinha desde antes da crise que se tornou aguda há dois anos, com a quebra do banco Lehman Brothers. Mas, na véspera da cúpula, um novo tiro na guerra, disparado pelos Estados Unidos, acendeu todos os alarmes: o Fed, o banco central americano, decidiu irrigar a sua economia com US\$ 600 bilhões nos próximos oito meses. Na prática, é emissão de moeda, que, portanto, desvaloriza-se. O tiro alarmou especialmente o Brasil, que manifestou o temor de que parte desses recursos corra para países produtores de commodities, provoque ainda maior valorização cambial e eventuais bolhas de commodities. O G20 não tem poderes para determinar a política cambial de cada país-membro. Por isso, não era realista esperar que obrigasse a China e os Estados Unidos a valorizar suas moedas. Mas o ruído em torno da "guerra cambial", expressão lançada pelo ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, e incorporada ao vocabulário do período pré-cúpula, levou a supor que haveria, no documento final, uma linguagem forte a respeito. Não houve. As divergências entre China e EUA foram tão agudas que, no essencial, o texto repete o que os ministros da Economia e presidentes de bancos centrais do grupo já haviam emitido há três semanas: sugere uma taxa de câmbio mais determinada pelo mercado e de acordo com os fundamentos da economia, pede que se evitem desvalorizações competitivas e rejeita mecanismos como o adotado pelos EUA.

Não acabou a guerra, portanto, como admite até o criador da expressão, o ministro Mantega. Mas, completa, "ela ficou mais explícita, passou a ser discutida e, por isso, podemos adotar instrumentos para resolvê-la". Que instrumentos? Aí é que entra a trégua até pelo menos o primeiro semestre de 2011: o mecanismo para enfrentar os desequilíbrios leva a sigla MAP (iniciais em inglês para Processo de Avaliação Mútua). Funciona assim: cada país apresenta suas contas e os parceiros avaliam o efeito que elas têm sobre eles. Para corrigir eventuais desequilíbrios são necessários parâmetros indicativos que só serão discutidos na próxima reunião de ministros e presidentes de BCs, "na primeira metade de 2011".

METAS

Para entender melhor os parâmetros: os EUA propuseram, na reunião de ministros e

BCs do mês passado, limitar a 4% do PIB o superavit ou o deficit de cada país em sua conta-corrente (todas as transações com o exterior). A proposta foi rejeitada pela maioria (e, pelos chineses, com imensa ênfase). Se, no entanto, não houver avanços na correção dos desequilíbrios, o ministro Mantega, um dos que rejeitaram o teto, admite que pode apoiá-lo numa próxima reunião.

Mesmo um item sobre o qual havia consenso, o da regulação financeira, teve parte adiada para o ano que vem: a definição do que o jargão chama de "bancos grandes demais para quebrar". São instituições cuja falência teria efeitos em cascata catastróficos, pelo peso que têm na economia. Por isso mesmo, quando entram em crise, o governo corre para ampará-las, como aconteceu na esteira da quebra do Lehman Brothers. No capítulo do sistema financeiro, a "guerra" não será entre governos mas entre estes e os bancos. É sintomático que, no dia em que começava a cúpula do G20, o executivo-chefe do Citigroup, Vikram Pandit, tenha publicado artigo no jornal "Financial Times" em que diz que "elevar ainda mais as exigências de capital e de liquidez poderá ter significativo impacto negativo no sistema bancário, para os consumidores e para a economia".

G-20 e os limites do possível – O Globo – Opinião – 13/11/2010

Até a eclosão da crise financeira mundial, deflagrada a partir do mercado de hipotecas americano, no final de 2008, o mundo parecia conformado a se sustentar num tripé, no qual os Estados Unidos eram o shopping; a China, a fábrica; e a Índia, o call center. A imagem, simplificadora como toda imagem, retratava um arranjo em que os americanos consumiam com avidez crescente por meio de endividamento, numa ciranda na qual os déficits americanos — no comércio exterior e orçamentários — eram financiados pelos chineses, com seus elevados superávits comerciais. Os dólares de Pequim, obtidos em grande parte com exportações para os Estados Unidos, voltavam para ser aplicados em títulos americanos, realimentando a roda.

A virtual quebra no sistema bancário americano, com ondas sísmicas graves propagadas para mercados financeiros ao redor do planeta, mergulhou o mundo em recessão, com destaque para os Estados Unidos. Forçados a reduzir o deficit comercial externo, de preferência pelo aumento das exportações, como forma de movimentar uma economia em marcha lenta, os americanos quebraram aquele arranjo e passaram a pressionar de maneira mais forte a China para que abandone a política de câmbio artificialmente desvalorizado — incentivo forte às exportações. Não poderia mesmo durar muito tempo um modelo de crescimento em que o papel preponderante de exportador cabia quase exclusivamente à China e a economias menores asiáticas, e o de importador, aos Estados Unidos. A casa caiu.

Com este pano de fundo, ocorreu a reunião do G-20, das economias mais desenvolvidas do mundo, quinta e sexta em Seul. E, diante das circunstâncias, a cúpula não foi um fracasso. Ao contrário. O fato de os 20 mandatários, à frente deles o americano Barack Obama e o chinês Hu Jintao, terem concluído que precisam se entender a fim de conter “grandes e persistentes desequilíbrios” já é um avanço, diante da iminência de uma guerra comercial, deflagrada pelo conflito cambial em curso — economias buscando evitar ao máximo a valorização de suas moedas, antes

de partir para medidas protecionistas abertas, último passo para o mergulho do mundo na depressão, como na década de 30. Se os americanos não conseguiram emplacar limites para déficits e superávits em percentual do PIB, ao menos concordou-se com que o Fundo Monetário (FMI), até junho de 2011, crie um sistema de identificação destes “persistentes desequilíbrios”. O material servirá para balizar a próxima reunião do G-20, convocada para voltar a tratar do problema no ano que vem. Outro evento importante em toda esta negociação será a visita do presidente Hu Jintao a Washington, em janeiro.

Os ares de Seul fizeram bem ao presidente Lula. Ele deixou de critica apenas os Estados Unidos, e demonstrou entender, afinal, que a China, ao manter muito desvalorizado o yuan, é sócia importante da crise. Os americanos, por sua vez, têm razões prementes para desvalorizar o dólar por meio da injeção de bilhões no mundo: o desemprego continua alto e a economia, anêmica. O oposto da China.

É vital que o G-20 não perca a perspectiva de que o sistema de flutuação das moedas é o objetivo a ser perseguido.

G-20 termina só com promessas e sem ações – Fernando Duarte – O Globo – Economia – 13/11/2010

SEUL, Coreia do Sul. Como previsto, os líderes das 20 principais economias do mundo, o G-20, encerraram ontem sua reunião de cúpula em Seul com muita retórica e poucas decisões concretas. Na prática, os países conseguiram ampliar por mais um ano o prazo para alcançar difíceis soluções para os desequilíbrios no comércio, no câmbio e na área fiscal que ameaçam a recuperação econômica mundial. No comunicado oficial, os países prometeram adotar medidas macroeconômicas que incluem políticas cambiais mais sintonizadas com as forças do mercado como forma de promover o equilíbrio econômico mundial.

O G-20 se comprometeu a estabelecer um cronograma com “parâmetros indicativos” sobre como lidar com desequilíbrios entre suas economias, sobretudo no que se refere a superávits e déficits nas contas externas. Os 20 líderes também prometeram submeter planos econômicos de médio prazo à análise do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas os parâmetros só serão definidos nos próximos seis meses, possivelmente após a reunião de ministros da área econômica, na França, em fevereiro.

No duelo particular entre EUA e China, ponto para Pequim, que escapou de ficar na berlinda devido à insistência em manter desvalorizada sua moeda, o yuan, e ainda bloqueou no documento final uma proposta de Washington para que superávits ou déficits externos de grandes países não superassem 4% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos por um país ao longo de um ano). O plano sugerido na semana passada pelo secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, por pouco não provocou o colapso de um encontro de negociadores na noite de quinta-feira, após um representante chinês ameaçar deixar a sala.

— Os chineses aguaram o comunicado, e dá para perceber pela linguagem do documento final como houve divergências — disse ao GLOBO uma fonte brasileira presente à sessão.

Mantega vê sanções morais para manipulação no câmbio O presidente dos EUA, Barack Obama, admitiu que o resultado do encontro em Seul não parecerá

significativo aos olhos do público. No entanto, acrescentou, representa um avanço, especialmente diante dos temores de um impasse mais acentuado.

— Nosso trabalho no G-20 não vai mudar o mundo imediatamente, mas estamos passo a passo estabelecendo mecanismos internacionais e instituições mais fortes que vão nos ajudar na tarefa de estabilizar a economia mundial, assegurar o crescimento e reduzir algumas tensões — afirmou Obama.

O premier do Reino Unido, David Cameron — que nas reuniões fechadas fez um discurso inflamado cobrando mais empenho do G-20 na viabilização de acordos comerciais globais —, ressaltou a importância de os problemas estarem sendo discutidos num fórum multilateral. Já o presidente francês, Nicolas Sarkozy, disse que os ânimos foram arrefecidos em Seul.

O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, falou no encerramento em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula voltou ao Brasil mais cedo para visitar o vice-presidente, José Alencar, que sofreu um infarto na quinta-feira. Mantega se disse satisfeito com a criação do que chamou de sanções morais contra países que manipulem o câmbio, mas também adotou um tom exageradamente otimista em função do que se viu e leu na capital sul-coreana.

— Os conflitos foram reconhecidos, mas houve um amplo entendimento entre os países, mesmo entre os mais reticentes.

Absolutamente não acabou a guerra cambial, mas pelo menos ela passou a ser discutida e, com isso, poderemos usar instrumentos para mitigar seus efeitos — disse o ministro. — Haverá uma cautela da maioria dos países. Os que insistirem (em medidas anticompetitivas) serão constrangidos pelo novo acordo.

A exemplo do que fizera Lula na véspera, Mantega defendeu a relevância do G-20, sobretudo por seu potencial de acelerar a solução de questões internacionais como a reorganização do FMI. O documento final ratificou o aumento na participação dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) nas cotas do conselho consultivo do Fundo, bem como o papel do grupo na aprovação da reforma do sistema financeiro — o plano Basileia III, que eleva de 8% para 13% o capital mínimo livre de risco que os bancos devem ter.

— O G-20 é um foro de compromissos, e os países querem que ele permaneça — disse Mantega. — Mostramos eficiência ao lidar com a crise em 2008 e não estamos perdendo tempo agora. Não há vilões nem mocinhos, e certamente conseguimos bons resultados. Basileia II, por exemplo, demorou quase dez anos para ser aprovado, enquanto Basileia III levou apenas um.

Mas o ministro não espera a mesma velocidade no debate sobre a substituição do dólar por uma cesta de moedas nas trocas internacionais:

- É uma tendência natural, mas nada rápido ou fácil.

G-20 marca divergência entre as potências – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 14/11/2010

O encontro dos líderes das 20 maiores economias do mundo encerrado sexta-feira em Seul deixou claro os limites do G-20 e o conflito entre o esforço de coordenação global e os interesses nacionais defendidos por cada um dos integrantes do grupo.

Os dois pesos-pesados, Estados Unidos e China, se enfrentaram nas negociações, mas cederam pouco ou quase nada diante do apelo para que mudem políticas domésticas que têm impacto sobre o restante do mundo.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, avalia

que o agravamento das divergências internas é o resultado da mudança das circunstâncias em que o G-20 atua. Quando o grupo de líderes se reuniu pela primeira vez há dois anos, havia necessidade de enfrentamento do furacão financeiro que se abatia sobre o mundo e todos concordaram em combater o protecionismo e estimular suas economias.

Agora, o G-20 caminha para uma fase “pós-crise”, diz Strauss-Kahn, na qual os interesses nacionais podem se sobrepor à coordenação global.

“Na primeira fase, a cooperação, que é o objetivo do G-20, era mandatória. Na segunda fase, que se inicia agora, a cooperação é voluntária.” O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu em seu discurso no G-20 a necessidade de que os países do grupo levem em conta o impacto de suas políticas macroeconômicas sobre as demais nações do mundo antes de adotá-las.

“Qualquer decisão que a Argentina tomar ou que o Brasil tomar terá efeitos imediatos nos

países vizinhos. Agora imaginem potências econômicas como a União Europeia, os Estados Unidos, a China ou a Índia tomando posições unilaterais sem levar em conta a repercussão no restante do mundo.” O discurso foi uma reação à decisão dos Estados Unidos de injetar US\$ 600 bilhões na economia nos próximos oito meses, o que aumentará a quantidade de dinheiro em circulação no mundo e os fluxos de capitais para países emergentes, como o Brasil. O resultado é a valorização do real e a redução da competitividade das exportações.

Isso também pode ser aplicado à China, principal parceira comercial do Brasil, que há anos resiste a pressões internacionais para que aprecie o valor de sua moeda.

Guerra cambial. As duas maiores economias são os principais atores da guerra cambial que ameaça se abater sobre o mundo.

A desvalorização do dólar no mercado, os norte-americanos provocam a desvalorização do dólar e, por tabela, estimulam suas exportações.

Se o dólar se deprecia, outras moedas devem necessariamente se apreciar. Como os chineses intervêm pesadamente para impedir que o yuan se valorize, o peso do ajuste recai sobre as outras moedas, especialmente a de países como o Brasil, que têm câmbio flutuante e conta de capitais aberta.

A dificuldade de obtenção de consenso é agravada pelo fato de que os países ricos estão tendo mais dificuldade para sair da crise do que os emergentes. Com desemprego alto e economia estagnada, seus dirigentes acabam tomando medidas que levam em conta os interesses de seus eleitores e não o impacto que elas podem ter sobre as demais nações.

O risco é que isso se transforme em um “salve-se quem puder”, cenário no qual se encaixa a guerra cambial, uma espécie de corrida por desvalorizações de moedas que acaba se transformando em uma guerra comercial, com impacto devastador sobre o comércio.

John Kirton, co-diretor do G-20 Research Group, com sede em Toronto, no Canadá, acredita que o mundo não está nem perto de uma guerra cambial e acha que o ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, exagerou ao levantar o assunto.

Em sua avaliação, a cúpula de Seul avançou em vários pontos, entre os quais o desenho de um mecanismo para a análise dos desequilíbrios da economia mundial.

Mais uma reunião multilateral, nenhum acordo razoável. Desta vez, a crise cambial, se não contida, ameaça literalmente "derreter" os ativos de países, empresas e pessoas. Na semana passada, o G20 reuniu-se em Seul, na Coreia, com o objetivo de tentar estabelecer controles mínimos sobre o sistema financeiro internacional, para evitar, mais uma vez, a bancarrota. Novamente, os aparentes esforços foram quase inúteis. Os chefes de Estado ali presentes concordaram em assinar um documento com "recomendações" -como se recomendações bastassem! O sistema financeiro global doente, e a "junta médica" faz recomendações... Dentre elas, o G20 legitimou os controles dos países para conter o fluxo de dólares e a desvalorização das moedas locais; ampliou a representação dos emergentes no FMI; e reconheceu que os países desenvolvidos terão de ser mais vigilantes em relação aos efeitos negativos de suas políticas cambiais.

Decisões mesmo só em 2011, em uma prática cada vez mais comum de "empurrar com a barriga" tudo que exige coragem e determinação. Enquanto isso, mais de 160 países que não fazem parte do G20 -e não têm voz em nenhum organismo multilateral- precisam "se virar" para fazer frente à queda de braço entre EUA e China, que não parecem dispostos a abandonar as desvalorizações constantes das suas moedas, como forma de exportar mais e desafogar os seus deficits públicos. Faltou vontade política ao G20 para dar um basta nesta farra cambial. A continuidade destas políticas de desvalorização artificial vai aprofundar a crise financeira e econômica no mundo, ameaçando ainda mais os cidadãos com desemprego e inflação, bem como destruindo o comércio internacional. A indecisão do G20 em assumir atitudes mais contundentes para segurar a especulação financeira pode acelerar os efeitos de outra crise que está apenas anunciada e cujos efeitos mal conseguimos imaginar: a crise do modelo de civilização que adotamos -baseado no uso intensivo e perdulário dos recursos naturais-, cuja decorrência mais comentada, o aquecimento global, é apenas a ponta do iceberg. Como avestruzes, creem que a solução para a economia global se limita a fluxos financeiros e a consumo. Sim, vivemos duas crises que correm em paralelo e que vão se cruzar em algum momento. Poucos entenderam que não haverá solução para a crise financeira se não encontrarmos a saída para o modo de produzir e consumir que vigora desde o início da era industrial. Controlar e induzir o capital para a inovação, para a emergência de uma economia verde, inclusiva e responsável. Este é o caminho para a superação das ameaças.

Quanto tempo ainda para nos convenceremos?

RICARDO YOUNG escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Ministros do Mercosul, África e Ásia discutem políticas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 16/11/2010

Ministros dos Estados Membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), China e Índia se reúnem em Brasília nesta quarta-feira (17) para discutir políticas públicas para a agricultura familiar. O encontro faz parte da programação oficial da XIV Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), no Centro de Convenções Brasil XXI.

Às 8h tem início o “Diálogo Político entre Países de Renda Média: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar”, promovido pelo Governo Brasileiro e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Participam representantes de governos da China, Índia e África do Sul, além do Brasil. O objetivo é incentivar políticas de diálogo sobre a agricultura familiar e promover a cooperação entre os países. "Ao trabalhar com a REAF, MERCOSUL e representantes dos governos de países emergentes como Brasil, China, Índia e África do Sul, nós queremos promover políticas ativas que beneficiem os agricultores familiares pobres de todo o hemisfério sul", disse Josefina Stubbs, diretora do FIDA responsável pela América Latina e Caribe.

À tarde, a partir das 14h, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, se reúne com colegas do Mercosul e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que envolve 15 países.

Também nesta quarta-feira, a partir das 8h, participantes das comitivas internacionais que participam da REAF vão conhecer experiências dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Eles visitarão a Cooperativa Agrícola de São Sebastião (Copas) e a Associação dos Produtores de Alexandre Gusmão (Aspag), que fornecem leite, frutas e hortigranjeiros para os programas governamentais. Criada em 2004, a REAF é um espaço de diálogo regional voltado à promoção do fortalecimento institucional e da construção conjunta de políticas públicas para a agricultura familiar e a facilitação do comércio de seus produtos no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Com a Reunião Especializada, a agenda alimentar ganhou espaço com a convergência dos países do Mercosul em assegurar segurança e soberania alimentar e nutricional às suas populações a partir do reconhecimento da agricultura familiar como segmento social e econômico estratégico. Um dos avanços dos seis anos de trabalho da REAF é a criação dos Registros Nacionais de Agricultura Familiar nos Estados Membros do Mercosul. A normatização, construída com base em critérios comuns aos quatro países que integram o bloco, facilita a implementação de políticas

públicas.

Veja aqui a programação completa da 14ª REAF

O quê – XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul

Quando – Até sexta-feira (19)

Horário – 8h30 às 22h

Local – Centro de Convenções Brasil XXI, em Brasília (DF)

Brasil e países do Mercosul assinam acordo sobre agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 17/11/2010

Brasília, 17 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, participa, nesta quinta-feira (18), da abertura oficial da XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), às 9h, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília. A reunião será aberta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A reunião, que começou na segunda (15) e segue até sexta-feira (19), tem a participação de representantes dos governos e organizações sociais dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Chile, Índia e do continente africano (Gana, Quênia, Zimbábue, Costa do Marfim e Ruanda). Durante a reunião, está prevista a assinatura de acordos de cooperação entre esses países sobre a agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Em relação à segurança alimentar, um dos programas em destaque é o de Aquisição de Alimentos (PAA), do MDS. O programa foi criado em 2003 e já recebeu investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Os recursos, provenientes dos MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram destinados à aquisição de 3,1 milhões de toneladas de alimentos produzidos por agricultores familiares. Hoje, o Programa está presente em 2,3 mil municípios brasileiros de todas as regiões. Por ano, cerca de 160 mil agricultores comercializam sua produção que abastece em média 25 mil entidades – cerca de 15 milhões de pessoas.

Dimas

Ximenes

SERVICO

Abertura oficial da XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF)

Data: 18 de novembro de 2010 (quinta-feira)

Horário: 9h

Local: Centro de Convenções Brasil 21, sala Santa Cruz, Brasília

Países do Mercosul vão implementar políticas nacionais de compras públicas –
Sítio Eletrônico do MDA - 18/11/2010

Argentina, Paraguai e Uruguai vão implementar políticas nacionais de compras públicas de produtos da agricultura familiar. O primeiro passo para a estruturação desses programas foi dado nesta quinta-feira (18), em Brasília(DF), com a assinatura do Protocolo de Criação do Programa Regional de Compras Públicas da Agricultura Familiar na região. O acordo, com participação do Brasil e do Chile, foi firmado durante o ato de abertura oficial da XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), que prossegue até esta sexta-feira (19) no Centro de Eventos Brasil XXI.

“Os países vão trabalhar e replicar a experiência brasileira de programas de aquisição de alimentos. Vamos tentar criar uma rede onde vai ser possível, em situação de emergência, um país trabalhar junto com o outro para enfrentar problemas de insegurança alimentar a partir de compras públicas da agricultura familiar” explicou o ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Guilherme Cassel. O ministro lembrou que os programas de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo MDA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação, são exemplos da bem sucedida experiência brasileira de compras públicas de produtos da agricultura familiar. “Antes, o Brasil era visto como um país devedor e recebia um pacote tecnológico pronto. Agora, é um país doador, levando suas políticas para outros países de forma solidária”, destacou Cassel.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, Julián Andrés Domínguez, destacou a importância de o estado garantir oportunidades para todos os agricultores, sobretudo os familiares. “As iniciativas de compra direta se inserem neste sentido. Onde o mercado não chega, o estado precisa estar presente, promovendo competitividade e também desenvolvimento, diminuindo assim as assimetrias e desigualdade. Se isso não ocorrer, vamos perder esta oportunidade histórica de incluir a agricultura familiar neste circuito”.

O Brasil também será referência para a implementação de compras públicas da agricultura familiar na África. Nesta quinta-feira, na abertura da REAF, o Brasil homologou o processo de cooperação com Gana, Quênia, Zimbábue, Costa do Marfim e Ruanda. Este processo será iniciado no Zimbábue, país com o qual foi firmado um Memorando de Entendimento. O acordo com os países africanos compõe um conjunto de medidas que são desdobramentos do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Agricultura, realizado em maio deste ano, em Brasília.

As compras públicas de produtos da agricultura familiar foram o principal tema da XIV REAF. A pedido da Argentina e do Paraguai, o Brasil apresentou durante o encontro as políticas públicas que são desenvolvidas no país. O vice-ministro da Agricultura do Paraguai, Andres Werhle, lembrou que questões como a soberania alimentar, a comercialização e os atravessadores estão presentes em toda América Latina. “A experiência brasileira, com certeza, é uma referência a ser avaliada.”

Na quarta-feira (16), o tema foi abordado no Seminário Aquisição Pública de Alimentos da Agricultura Familiar. No encontro foram apresentados programas como o PAA e o PNAE. Na quinta-feira (17), integrantes das delegações de países da América do Sul, África e Ásia que participam da XIV REAF visitaram uma cooperativa e uma associação de agricultores familiares do Distrito Federal que fornecem produtos para estes programas.

A REAF

Criada em 2004, a REAF é um espaço de diálogo regional voltado à promoção do fortalecimento institucional e da construção conjunta de políticas públicas para a agricultura familiar e a facilitação do comércio de seus produtos na região. A Reunião também incorpora a construção de visão solidária e complementar de integração comercial e prioriza o trabalho conjunto entre governos e organizações sociais representativas da agricultura familiar.

A programação da XIV REAF prossegue até sexta-feira (19) no Centro de Convenções Brasil XXI, em Brasília (DF). Além de representantes dos governos e da sociedade civil dos Estados Membros e Associados do Mercosul, participam observadores de governos do continente africano.

G-20 enquadra os grandes demais para quebrar – Valor Econômico – Opinião – 19/11/2010

As crises bancárias são, geralmente, aceleradas por crises de confiança, desencadeadas por apertos de liquidez ou deficiências patrimoniais. Não importa, muitas vezes, se a desconfiança é fundamentada nem o tamanho do banco. Não eram exatamente grandes instituições os americanos Lehman Brothers e Merrill Lynch e o britânico Northern Rock, só para lembrar alguns nomes que estiveram na raiz da atual crise.

Apesar disso, a cúpula do G-20, reunida na semana passada em Seul, Coreia do Sul, encampou a decisão do Financial Stability Board (FSB) de concentrar suas exigências de capitalização e transparência apenas nas instituições financeiras consideradas

globalmente importantes. Calcula-se que se encaixam nessa categoria cerca de 20 instituições que, pelo tamanho, complexidade ou conexões globais, podem arrastar outros bancos caso quebrem e causar uma perturbação significativa na atividade econômica internacional.

Até meados de 2011 serão definidas quais são essas instituições financeiras sistemicamente importantes que estarão sujeitas às regras mais exigentes de capitalização; e, no fim de 2012, haverá a reavaliação das políticas locais de supervisão.

Os governos querem evitar o uso do dinheiro do contribuinte para salvar bancos cuja quebra tenha potencial explosivo.

Os bancos escolhidos pelo FSB terão que ser capazes de absorver perdas maiores e serão mais intensamente fiscalizados. Isso significa que essas instituições precisarão ter capital ainda maior do que o exigido pelo Banco para Compensações Internacionais (BIS). O BIS acaba de elaborar novas regras de capitalização do sistema financeiro, conhecidas como Basileia 3, que aumentaram as exigências de capitalização dos bancos ao reavaliar o risco dos ativos e requerer reservas anticíclicas e colchões extras para serem usados em épocas ruins. Essas instituições também deverão ter uma fiscalização diferenciada em nível nacional. As novas regras serão implementadas a partir de janeiro de 2013 e concluídas até janeiro de 2019, em um cronograma desenhado para não abortar a desejada recuperação da economia global.

O FSB trabalha em cooperação próxima com o BIS. O objetivo do FSB é criar um sistema financeiro mais sólido e reduzir o risco sistêmico global, com o fortalecimento das regras de capitalização e liquidez bancária e uma política ampla para enfrentar o risco moral associado às instituições que são muito grandes ou complexas para quebrar, explicou aos líderes do G-20 o presidente do FSB, o presidente do banco central italiano, Mario Draghi.

O FSB foi criado em abril de 2009 como sucessor do Financial Stability Forum (FSF), depois que a crise internacional tornou indispensável a cooperação do maior número de mercados relevantes no trabalho de reformar o sistema financeiro internacional para debelar a propagação da crise e evitar a repetição de problemas como os que desencadearam. A própria dimensão da crise tornou obrigatório o envolvimento do maior número possível de países na discussão. Se o FSF era composto apenas pelos membros do G-7, o FSB reúne as autoridades responsáveis pela estabilidade financeira em 24 países.

Algumas autoridades reguladoras podem estar indo mais rápido na reforma do sistema financeiro por motivos particulares e podem ter elegido alvos distintos. Nos Estados Unidos, por exemplo, as recentes crises não começaram necessariamente em bancos de varejo, como foi o caso da quebra do fundo hedge Long-Term Capital Management, em 1998, ou da AIG, em 2008; e quando chegou a um banco, como o Lehman Brothers, ele era de investimentos.

Além disso, o alvo da reforma do sistema financeiro americano, previsto na lei DoddFrank, é mais amplo, começa em bancos com ativos a partir de US\$ 50 bilhões.

Se o exemplo não for seguido por outros países, os bancos americanos certamente ficarão menos competitivos.

Outro ponto fraco nas regras do FSB é ter deixado para depois a fiscalização de instituições não bancárias que operam no setor financeiro. Atualmente, o dinheiro especulativo está concentrado em um punhado de fundos globais gigantes, como os hedge funds e os private equity, que não são bancos, mas têm potencial para fazer muito estrago no planeta.

Brasil emperra fortalecimento da Unasul – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 23/11/2010

Iniciativa do Brasil e apontada como prioridade da política externa do país, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) ainda não teve o seu tratado fundador, de 2008, ratificado pelo Congresso brasileiro. A entidade realiza na sexta-feira na Guiana uma reunião de cúpula, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva será homenageado. A perspectiva de que a ratificação ocorra na atual legislatura é quase nula. O texto sofre oposição de parlamentares do DEM, do PSDB e do PPS. Sem acordo de lideranças, tem que ser aprovado por maioria simples na Câmara e Senado, onde temas de política interna encabeçam a pauta dos governistas. O tratado prevê coordenação política entre os 12 países-membros, atuação para a integração econômica e cooperação em questões como defesa, segurança, migração e inovação científica. A Unasul implementou o Conselho de Defesa e atuou em crises internas na Bolívia e no Equador, além de ter facilitado a reaproximação de Colômbia e Venezuela. Para que tenha "existência jurídica", no entanto, seu tratado precisa ser ratificado por nove países -oito o fizeram. Faltam Brasil, Uruguai, Paraguai e Colômbia. No Congresso, o artigo mais controvertido é o que estabelece a criação do Parlamento Sul-Americano, em Cochabamba (Bolívia). A proposta é criticada até por governistas, que a consideram redundante devido à existência dos parlamentos do Mercosul e Andino. Um dos opositores, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) diz que o tratado dá a "burocratas" a prerrogativa de estruturar o órgão. "Como é que serão funcionários do Itamaraty que vão deliberar a respeito da constituição do Parlamento da Unasul? É o Executivo legislando sobre outro Poder." Relator do tema na comissão da Câmara, Dr. Rosinha (PT-PR) diz que a visão de Jungmann "não faz sentido". Cita o caso do Parlamento do Mercosul, que foi objeto de protocolo negociado por parlamentares nacionais. Ademais, diz, o protocolo adicional da Unasul, quando houver um, deverá ser ratificado em separado. "O fato é que DEM, PSDB e PPS são contra a Unasul, não querem a soberania da

América do Sul, são servidores dos EUA." Jungmann afirma que não é contra o bloco, embora outros deputados opositoristas sejam.

Diz que há um "excesso" de iniciativas regionais que começam com "grandes propostas" e não atingem seus objetivos, mas que isso não justifica "jogar fora a criança junto com a água da bacia". O Itamaraty evita entrar na disputa. Diz que não vê má vontade do Congresso e que o atraso "é democrático".

Congresso dos EUA pode cortar subsídios – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado – 23/11/2010

Com pouquíssimo tempo hábil para renovar as tarifas à importação e os subsídios ao álcool, que expiram ao final do ano, o Congresso dos Estados Unidos avalia baixar os valores de incentivos que hoje somam US\$ 6 bilhões anuais e prejudicam o Brasil. Os subsídios estão em vigor há três décadas, mas o clima geral antideficit no governo virou a onda contra a renovação dos programas neste ano, ao menos nos valores atuais.

O líder da Comissão de Finanças do Senado americano, Max Baucus, disse que é possível que o subsídio de US\$ 0,45 por galão (3,7 litros) de álcool para mistura à gasolina caia para US\$ 0,30. Seu contraparte na Câmara havia sugerido em julho estender o subsídio por um ano com o valor de US\$ 0,36.

Além do subsídio de US\$ 0,45, feito via desconto de impostos, expiram em dezembro o subsídio de US\$ 0,10 por galão para pequenos produtores e a tarifa à importação, de US\$ 0,54 por galão, o que afeta diretamente produtores de cana-de-açúcar do Brasil. O produto brasileiro também recebe o desconto de US\$ 0,45, mas a vantagem é eliminada pela barreira tarifária, criada especificamente para contrabalançar o subsídio aos estrangeiros.

A torcida brasileira é para que não dê tempo de o Congresso americano analisar as renovações.

A pauta de votações do Senado está atolada de leis urgentes e há poucos dias para agir antes dos recessos de Ação de Graças e do fim de ano.

LOBISTAS EM GUERRA

Preocupada, a indústria do álcool americano, feito a partir do milho, está fazendo uma campanha furiosa no Congresso para estender os subsídios. O setor emprega cerca de 400 mil pessoas e afirma que até 30% dos postos podem ser cortados com a queda dos subsídios. Nesta semana, a Associação de Combustíveis Renováveis dos Estados Unidos e vários outros grupos enviaram cartas para líderes da Câmara e do Senado alertando para a eliminação de milhares de empregos se o Congresso não mantiver os incentivos.

"Nossa prioridade número um é manter a estrutura dos incentivos como está", disse à **Folha** Matt Hartwig, porta-voz da associação. "E estamos pedindo ao Congresso que estenda também a tarifa à importação. Não

achamos que os norte-americanos devem subsidiar plantações de cana-de-açúcar no Brasil."

Para Hartwig, apesar da atual grita antideficit, há "oportunidade para estender os incentivos, mesmo que seja por apenas um ano ou dois. Ninguém quer ver mais americanos desempregados", afirmou. Enquanto isso, o lobby dos produtores brasileiros tenta capitalizar na pressão contra gastos públicos para evitar as renovações. A Unica (União da Indústria Brasileira de Cana-de-Açúcar) afirma que mais de 25 mil pessoas enviaram cartas a seus representantes no Congresso nos últimos dias pedindo o fim dos subsídios e da tarifa. "Estou cautelosamente otimista. Mas ainda vejo 50% de chance de o protecionismo americano vencer por mais um ano", disse Joel Velasco, representante da Unica em Washington.

Harry de Gorter, analista de energia do instituto Cato, afirmou à **Folha** que "não faz sentido estender o desconto de impostos" ao álcool, mas as intenções do Congresso ainda estão nebulosas. "Temo que vão estender o subsídio por mais um ano, mas com valor menor, e manter a tarifa." Ele crê que o subsídio via desconto de impostos não vai durar muito, mas é possível que seja substituído por algo ainda pior para o Brasil: um pagamento direto aos produtores norte-americanos, o que seria ilegal pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Lula participa hoje de reunião esvaziada de cúpula da Unasul – Chico de Góis e Gustavo Miranda – O Globo – O País - 26/11/2010

GEORGETOWN. Na semana em que sua sucessora, Dilma Rousseff, se desdobrava para decidir a composição do novo governo, o presidente Lula deixou o país ontem para participar hoje na Guiana de uma reunião de cúpula esvaziada. Dos 12 chefes de Estado que integram a Unasul (União das Nações Sul-Americanas), metade estaria presente. Além do Brasil

e da Guiana, eram esperados os presidentes de Equador, Venezuela, Suriname, Argentina e Paraguai. A Unasul foi formalizada em maio de 2008 em Brasília, com forte apoio do governo brasileiro, mas ainda não deslanchou.

Dilma, que era considerada presença certa no encontro, desistiu formalmente da viagem na quarta-feira. O encontro de hoje marca a transferência da presidência de turno do Equador para a Guiana e discutirá a adoção de um protocolo de compromisso democrático — em moldes semelhantes ao que há no Mercosul e que preconiza que países não democráticos não podem integrar o bloco.

Presidentes devem escolher substituto de Kirchner Os presidentes também deverão escolher o substituto de Nestor Kirchner, ex-presidente da Argentina morto no mês passado, para a função de secretário-geral da entidade.

Ontem à noite, logo depois de sua chegada, Lula receberia das mãos do presidente guianense, Bharrat Jagdeo, a Ordem de Excelência, a mais alta distinção honorífica daquele país. Nestor Kirchner será homenageado hoje, em memória, por sua atuação no Mercosul. Ele foi um dos responsáveis pela reaproximação entre Venezuela e

Colômbia. Na agenda bilateral, Lula e Jagdeo discutirão a participação do Brasil na construção de uma usina hidrelétrica na Guiana. O país sofre constantes apagões — precavido, o governo guianense entregou, com as credenciais dos jornalistas, uma pequena lanterna para cada um.

Apesar de participar da Unasul, a Guiana não tem uma identidade cultural grande com os latinos. A maioria de sua população (51%) é constituída de imigrantes da Índia — os indianos começaram a chegar à Guiana em meados do século XIX para substituir os escravos no corte da cana de açúcar. É comum ver na capital vários templos hindus e casarões — a maioria de madeira — onde famílias inteiras vivem sob o mesmo teto. Em Georgetown, proliferam-se os mosquitos e doenças como febre amarela e malária. O esgoto a céu aberto, numa simulação dos canais holandeses — a Holanda colonizou o país até o início do século XIX —, deixa a cidade com um cheiro pouco suportável. Lula ainda terá duas oportunidades de dizer adeus aos amigos presidentes. A próxima será no México, na COP-16, que não terá o mesmo apelo que a do ano passado, em Copenhague, onde os principais líderes mundiais discutiram o superaquecimento da Terra. O último compromisso internacional do presidente será em Foz do Iguaçu, na reunião do Mercosul, na segunda quinzena do mês que vem.

Hora de mudar a diplomacia companheira – O Globo – Opinião – 26/11/2010

Se, na política econômica, a manutenção de princípios seguidos na Era Lula é desejável no governo Dilma Rousseff, na política externa está na hora de uma reavaliação dos rumos. É inegável o crescimento da figura do presidente Lula no cenário internacional, nos últimos oito anos, por sua história de vida e por êxitos do governo em diversas áreas. Já o Brasil, aproveitando o impulso iniciado ainda nos governos FH, e até pelo êxito da continuidade na política econômica, projetouse como um dos países emergentes mais influentes, passando a ter voz ativa em importantes fóruns internacionais, como o G-20.

Na política externa, porém, essa nova dimensão brasileira foi mal conduzida. Embora o país mantivesse o legítimo objetivo de obter um assento permanente num Conselho de Segurança reformulado, essa meta passou a justificar atitudes não condizentes com a tradição da diplomacia brasileira. O receio de perder apoio árabe, por exemplo, levou o Brasil a se abster em votações para condenação, nas Nações Unidas, do regime genocida do Sudão.

Brasília não soube medir a mão também no que toca à solidariedade com os países em desenvolvimento, cujo apoio deseja obter ao seu pleito no Conselho de Segurança. O argumento usado para explicar a aproximação exagerada com déspotas — como Hugo Chávez, da Venezuela —, ou párias — como Mahmoud Ahmadinejad, do Irã — era a contenção, no primeiro caso, e o não isolamento, no segundo.

Foram opções equivocadas que levaram o Brasil a defender a entrada na Venezuela no Mercosul como membro pleno — um país cujo regime torna-se cada vez mais hostil a valores universais, como a democracia e as liberdades civis. No caso do Irã, chegou ao ponto de Brasília pegar a contramão da comunidade internacional para tentar evitar, inutilmente, a imposição de sanções a Teerã por novos desafios em seu programa nuclear.

O último exemplo desse equívoco foi a abstenção brasileira na ONU numa votação

destinada a condenar o Irã por usar métodos insanos, como a morte por apedrejamento de mulheres supostamente adúlteras, em sua “justiça” criminal. Perdeu o país boa oportunidade para zelar pelo artigo 4º da Constituição — “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:”, em seu inciso II: “prevalência dos direitos humanos”.

A decisão de se afastar dos EUA, em nome da retomada de conceitos ultrapassados, como um esquerdismo terceiromundista militante que oporia países ricos a pobres, acabou, por ironia, prejudicando o objetivo maior do assento no Conselho. Recentemente, o presidente Barack Obama manifestou sua opção pela Índia como representante dos novos países emergentes naquele Conselho.

Os que advogam esse afastamento dos EUA deveriam lembrar-se que o empenho do presidente Jimmy Carter na defesa dos direitos humanos foi importante para aqueles que, naquela época, lutavam contra a ditadura militar no Brasil. A política externa precisa retomar o eixo do equilíbrio.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



ICA

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

